

BIBLIOGRAFIA

Amaro, Clementino. “O Colégio de S. Paulo e a Fortaleza do Monte”. *In Um Museu em Espaço Histórico: A Fortaleza de S. Paulo do Monte*. Macau: Museu de Macau, 1998.

—; Sabrosa, A. “Museu de Macau e o Território da Companhia de Jesus. Resultados e integração dos vestígios arqueológicos”. *In* André Teixeira, José António Bettencourt (coord.), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores, 2012.

Amaro, Fernando da Silva. “Achegas para a Reconstituição Histórica da Fábrica Jesuíta de São Paulo, de Macau”. *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, Col. LIX, n.º 685 (1961), pp. 458-474.

Carvalho, Karoliny Diniz. “Turismo Cultural e Arqueologia nos espaços urbanos: caminhos para a preservação do património cultural”. *Turismo e Sociedade, Revista Electrónica*. [Online] Abril de 2010. <http://dx.doi.org/10.5380/tes.v3i1.17341>.

Dickens, Roy S. *Archaeology of Urban America: The Search for Pattern and Process*. Nova Iorque: Academic Press, Inc., 1982.

Fernandes, Hamilton Jair M.L. “O Património arqueológico no solo urbano: caso Cidade Velha, Património da Humanidade”. [Online] http://www.iipc.cv/ficheiros/1_artigo_Jair.pdf.

Historical Imprints of Lingnan: Major Archaeological Discoveries of Guangdong, Hong Kong and Macau. Exhibition Catalogue. Hong Kong: Hong Kong Museum of History, 2014.

Keong, Henry Ma Kam. *Museu da História da Taipa e Coloane*. Publicação comemorativa da inauguração do Museu da História da Taipa e Coloane 7.5.2006. Macau: Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, 2006.

—-. *Guia de Exposição do Museu da História da Taipa e Coloane*. Macau: Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, 2006.

Martins, Manuela e Ribeiro, Maria do Carmo. “A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades”. *Forum*, 44-45, 2009/2010, Universidade do Minho, Conselho Cultural.

Moreno, C. “Reutilização da Fortaleza do Monte como Museu”. *In Um Museu em Espaço Histórico: A Fortaleza de S. Paulo do Monte*. Macau: Museu de Macau, 1998.

Pereira, Fernando António Baptista. *As Ruínas de S. Paulo: Um Monumento para o Futuro / St. Paul’s Ruins: A Monument Towards the Future*. Lisboa: Missão de Macau em Lisboa / Instituto Cultural de Macau, 1994.

O Poder do Fraco na Construção do Lugar

Acupunctura e Outras Terapias para Macau

DIOGO TEIXEIRA*

1. INTRODUÇÃO

O lugar da vida não é o lugar da história.
Num passa-se o mistério.
Noutro corrige-se a realidade.
(Agustina Bessa-Luís)

A globalização, o crescimento urbano acelerado, o aumento da mobilidade e da conectividade virtual, e a resultante redução da atenção ao ambiente físico, põem em risco o nosso relacionamento com pessoas e lugares que costumavam ser importantes para nós. Como resultado, perdemo-nos no processo de adaptação ao ambiente urbano, sentindo-nos cada vez mais desenraizados, e tentamos a sua adaptação ao invés, levantando o problema da ligação entre a construção do lugar e a conservação do património.

Este fenómeno é particularmente agudo no Delta do Rio das Pérolas, que abriga a mais rápida e mais extensa urbanização contínua do mundo: 55 milhões de pessoas vivem na jurisdições de Hong Kong, Shenzhen, Dongguan, Guangzhou, Foshan,

Zhongshan, Jiangmen, Zhuhai e Macau. Além disso, a população urbana da região está confinada a apenas 10 por cento do seu território, tornando a ocupação extremamente densa. Este crescimento rápido e desigual é um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade chinesa e põe em causa os modos tradicionais de planeamento de cidades, ampliando a necessidade urgente de estratégias alternativas.

Assumindo que a construção do lugar tem uma forte base afectiva, este trabalho estuda o afecto na experiência do espaço público para identificar as qualidades arquitectónicas que mais contribuem para a ligação ao lugar. A pesquisa combina noções de arquitectura, fenomenologia, psicologia e neurociências a fim de investigar os processos associados à percepção e codificação de pistas espaciais que induzem a ligação ao lugar e uma utilização mais envolvida do espaço público.

A hipótese de trabalho parte das noções de ‘arquitectura fraca’ (Vattimo, 1983; Solà-Morales, 1987; Pallasmaa, 2000) e ‘acupunctura urbana’ (Solà-Morales, 1999; Lerner, 2003; Casagrande, 2009), tendo em vista identificar os meios para facilitar a ligação ao lugar, poupando recursos. O objectivo não é reinventar mais uma vez a forma ou a função, mas a descoberta de uma orgânica situacional – circunstancial e, portanto, essencialmente assistemática – de pistas de interacção indivíduo-ambiente num processo integrado que induza uma reabilitação participativa do tecido urbano.

A análise é baseada no estudo de caso de uma intervenção urbana em Hong Kong e alguns outros exemplos de Taipé e Macau. Foram conduzidas observações comportamentais *in loco* para avaliar os padrões de movimento, as interacções físicas e sociais.

* Docente nos programas de arquitectura e design da Universidade de São José. É licenciado em Engenharia Civil pela Universidade Técnica de Lisboa, Mestre em Urbanismo pela Universidade de Paris, e, actualmente, doutorando em Arquitectura na Universidade Técnica de Lisboa. Desde 1993, colabora em diversos projectos na Europa, África e Ásia, e é também um investigador activo com um interesse particular em afecto e espaço público, procurando compreender como a arquitectura resulta em lugares significativos.

Senior Lecturer in the architecture and design programs at the University of Saint Joseph. Graduate in Civil Engineering from the Technical University of Lisbon, M.A. in Urban Design from the University of Paris, he is currently a doctoral candidate in Architecture at the Technical University of Lisbon. Since 1993, he collaborates in various projects in Europe, Africa and Asia, and is also an active researcher with a particular interest in affect and public space, namely understanding how architecture results in meaningful places.

PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE

Foram, ainda, realizadas entrevistas para avaliar a atenção e a emoção. O estudo resultou na identificação das estratégias e pistas espaciais que operam dentro e fora da consciência e contribuem para os processos de percepção, emoção, e, finalmente, construção de ambientes urbanos significativos.

2. ENQUADRAMENTO

2.1 O PODER DO FRACO

O espaço público constitui-se etimologicamente¹ e na prática como espaço de exercício de poder. Procurando a palavra “poder” no dicionário encontram-se duas definições nucleares. A primeira tem a ver com a capacidade ou a faculdade: “ter a capacidade de fazer uma coisa; ter a faculdade de; ter a ocasião ou possibilidade de”. A segunda tem a ver com o domínio ou a posse: “ter força, autoridade, influência para”. É evidente que estes significados estão próximos das duas concepções de poder: expansivo e libertador, por um lado, e condicionante e limitador, por outro. Qual a relação entre as duas? Serão realmente distintas? Ou aspectos da mesma situação ou processo?

O poder libertador da capacidade é o poder visto de dentro, por quem o exerce; enquanto o poder limitante da dominação é o poder experimentado pelos outros, por quem o suporta. Então, a minha capacidade e potencialidade parecem fadadas a ser sentidas por si como dominância e compulsão, o que significa que a minha capacidade é em si eticamente duvidosa, pois só pode ser justificada se não colidir com a capacidade dos outros. Quando colide, corre o risco de tornar-se dominante e aniquilar a potencialidade do outro. O problema é que muito antes de nos apercebermos que atravessámos essa fronteira, seja geográfica ou emocional, os outros já estão cientes da nossa usurpação.

Os estudos de poder têm geralmente sido feitos para benefício dos poderosos. Analistas políticos têm aconselhado príncipes sobre medidas efectivas de governação. Imperadores escreveram memórias para a orientação dos seus sucessores. Revolucionários ambiciosos têm discutido entre si os métodos mais práticos e/ou morais de exercer o poder. Mas, apesar de reconhecida nestes escritos a existência daqueles sobre os quais os poderosos governarão, pouca atenção é dada à sua experiência. Estes estudos são por isso insuficientes. Aspectos menos óbvios, menos conscientes e determinados, alguns deles funcionando

como parâmetros em vez de causas de acção, podem ajudar-nos a evitar a abordagem das relações de poder como sendo limitada a dominação e submissão. Talvez o poder seja parte de um processo partilhado e contínuo, um conjunto de manifestações que podemos designar como poder do fraco.

Os fracos não podem iniciar a acção mas podem recusar-se a participar nela, podem ser silenciosos. A perda de atenção, a falta de interesse, a concentração noutras áreas e, por fim, uma viragem para outras mundividências, são modos de pôr em causa o poder instituído. Ao contrário dos poderosos, os fracos reconhecem o efeito potencial sobre as suas vidas das emoções e reacções dos outros. Na verdade, qualquer pessoa numa posição subordinada aprende rapidamente a compreender as intenções e emoções dos outros. Esta qualidade tem um valor de sobrevivência para o fraco e para quem responde ao fraco. Afinal os poderes dos fracos são mais relevantes do que (os) pensamos, valendo a pena considerá-los também na concepção do espaço público.

O espaço público, como objecto colectivo da experiência humana e, nesta condição, resultante de exercícios de poder de uma infinidade de actores, adquire e exacerba a complexidade própria ao homem na sua humanidade, acentuando contornos fenomenológicos intrincados decorrentes também da sua ambiguidade fundadora: *natura* e cultura.

Esta ambiguidade, ou a incapacidade de a traduzir em obra, tem implicações na produção espacial que levam, por um lado, à esterilização do(s) seu(s) sentido(s) pelo excesso de evidência,² a predeterminação ‘total’ do *overdesign*, tornando-o, assim, dado, ‘fechado’, cuja interpretação é consequentemente factual, sem mais, pelo seu imediatismo.³

Por outro lado, a procura da participação, da autonomia, da ‘abertura’ de que tanto nos fala Eco na sua *Opera Aperta* (1962) leva, por vezes, ao excesso de inevidência, a indeterminação ‘total’ do *underdesign*, condenando o(s) sentido(s) à inacessibilidade: um *nonsense* na sua acepção mais corrente de absurdo.

Em nenhum destes casos existe a possibilidade da apropriação, apenas alienação. Ambos resultam de exercícios de poder que falham na construção do lugar. Das aldeias primitivas ou da *ágora* grega até às grandes metrópoles dos nossos dias, passamos assim de um espaço ‘saturado’ de sentido a uma urbe privada de significância (o sinal está lá mas torna-se



Fig. 1. Shi Tao 石涛, “Dez Mil Borrões de Tinta Feios” (excerto), <http://www.wikiart.org/en/shitao/10-000-ugly-inkblots>.

insignificante pela força do meio) que o homem habita como estrangeiro.

Os campos de polarização acima esboçados são cada vez mais estremados e este binarismo acaba por confinar o pensamento e a acção política a apenas duas alternativas, pondo de lado opções intermédias, mais subtis e por isso envolventes, como a que propõe Shi Tao para a pintura (Fig. 1), desafiando os padrões convencionais de beleza.⁴

Este processo progressivo de degradação teve como principal consequência a implosão do edifício urbano. Uma implosão que é necessariamente semântica, pois implode um todo significativo (a construção colectiva por excelência), atomizando-o e reduzindo-o à insignificância das partes. O espaço público passa, assim, de lugar de passagem e encontro, antecâmara da intimidade doméstica, a espaço de tráfico, meramente utilitário, de circulação e consumo, velocidade e indiferença, tornando-se, simultaneamente, sinónimo de insegurança, desconforto e falta de higiene. Para suavizar os efeitos desta atonia da cidade, o ‘mercado’ responde, criando variantes como as grandes superfícies comerciais com vigilantes, climatização e equipas de limpeza, importando para o espaço privado um pastiche, devidamente asseptizado, de cidade com mobiliário urbano, iluminação pública, e até espaços verdes.

Pior a emenda que o soneto. Mesmo assim há muitos que rapidamente adoptam estes espaços, preferindo que alguns ‘iluminados’ produzam ‘cidade’ e pagar por isso (vejam-se as consequências do desaparecimento do comércio tradicional), a tomar parte nessa realização. Desenvolvem-se, assim, lacunas em três planos da experiência individual da cidade: o da identidade, enquanto reconhecimento da presença de

si próprio na sua realização; o da alteridade, enquanto reconhecimento da presença do outro nessa realidade; e, por fim, o da comunidade, enquanto entendimento da realidade como construção colectiva, do próprio e de outros: aquilo a que podemos chamar património.

2.2. CONSTRUÇÃO DO LUGAR

As práticas da arquitectura inscrevem-se no espaço. As intervenções concebidas por arquitectos transformam espaços em lugares quando conseguem veicular sentido(s) e identidade(s). O espaço não é um dado abstracto, universal e absoluto. Bem pelo contrário, participa da nossa percepção sensorial induzida pela nossa subjectividade e pela nossa cultura. O lugar, como espaço vivido e carregado de sentido, é uma construção. Uma construção física, social e cultural, como tem sido maioritariamente estudada, mas também radicalmente pessoal pois o material desta construção é de origem existencial: memórias e expectativas de interacção.

A noção de *place-making* (literalmente, “fazer-lugar” ou “tornar-lugar”) deu uma conotação ainda mais concreta e corpórea a algo que não passava de um conceito da psicologia. *Place-making* foi definido por Schneekloth & Shibley (1995: 1) como “*the way in which all of us as human beings transform the places in which we find ourselves into places in which we live*”. Outra definição de *place-making* sublinha as suas dimensões individuais e colectivas: “*part of an everyday social process of constructing and reconstructing space*” (Burkner, 2006: 2), um processo tão comunicacional (colectivo) como mental (individual).

A concepção de *place-making* permite uma visão ampla das influências e processos exercidos sobre um lugar, e da sua construção no sentido físico, mas também

PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE

social, enfatizando que os lugares resultam da agregação de muitas decisões ao longo do tempo (Goodman, 1972: 242). Esta noção capta a natureza incremental do lugar, na medida em que inclui as actividades dos muitos cidadãos comuns que o atravessam, habitam, utilizam, edificam, visitam ou evitam, e são envolvidos, directa ou indirectamente, na sua construção física e social.

A análise de rotinas quotidianas e de eventos pontuais mais estratégicos que constroem lugar é realizada no contexto do estudo de espaços públicos residuais e da revelação dos pressupostos subjacentes às narrativas dominantes sobre esses lugares. Jones & Evans (2012: 2316) sugerem que a construção do lugar “needs to be conceptualised as an embodied experience built on affective connections between people and spaces”. Esta é uma narrativa alternativa à retórica focada no desenho do poder político que explora o modo como as pessoas com um vínculo duradouro a um lugar específico o experienciam como memória e significado.

Esta conceptualização pode muito bem basear-se nas perspectivas da teoria não-representacional (Thrift, 2008), particularmente na ideia de afecto (Massumi, 2002; Pile, 2010; Thien, 2005) que abordaremos mais à frente. O objectivo é compreender os processos afectivos individuais como ponto de partida de processos socioespaciais de construção do lugar, como resposta às lacunas na teoria urbana e à estereotipagem de tipos específicos de lugar estabelecidos pelos processos dominantes de produção de conhecimento. Esta abordagem serve também para enfatizar os elementos criativos da acção e interacção humanas associadas ao movimento que são fundamentais para a construção destes lugares, não só como locais mas também como localizações de sentido.

Friedmann (2007: 259), referindo Clare Cooper Marcus (1995), define a construção do lugar como o processo de apropriação do espaço absoluto a fim de criar um “mirror of self”, por exemplo através da colocação de quadros nas paredes ou tapetes no chão de uma casa nova. Ao nível do bairro, concretiza-se na apropriação de um ‘lugar’ já existente através do reconhecimento do espaço físico e dos vizinhos (conversar com o homem do talho, aprender os nomes das ruas), e do envolvimento em actividades locais. Ao reivindicar o espaço com actividades como a nomeação ou a participação em relações sociais e rituais recorrentes, tais lugares tornam-se vívidos, e “by being

lived in, urban spaces become humanized” (Friedmann, *idem*).

A ideia de lugar como ‘espelho de si’ implica que a identidade é gerada através da construção do lugar, entendendo-o como elemento constituinte da identidade humana. A identidade do lugar tem sido caracterizada como “the ‘glue’ of familiarity that binds people to place” (Bruce Hull, Lam, & Vigo, 1994: 110); ou “a collective understanding about social identity intertwined with place meaning” (Harner, 2001: 660). Impregnar o lugar de sentido significa promover a construção intersubjectiva da sua identidade e imagem. Esta ideia é particularmente relevante no contexto de assentamentos urbanos informais, onde processos incrementais resultam em autênticos contentores de sentido e memória (Lombard, 2014).

Pode, assim, dizer-se que a construção do lugar é o processo pelo qual se estabelece a ligação ao lugar e que este vínculo que ocorre entre indivíduos e os seus ambientes significativos é reflexivo e identitário. A ligação ao lugar captou muito interesse científico nos últimos anos (por exemplo, Giuliani, 2003; Low & Altman, 1992). Parte deste interesse é uma consequência da consciência da fragilização das ligações pessoa-lugar relacionada com tendências como a globalização, o aumento da mobilidade e da conectividade virtual,⁵ e os problemas ambientais que ameaçam a existência de lugares que costumavam ser importante para nós e afectam as nossas relações com esses lugares.

2.3. DA LIGAÇÃO AO LUGAR

O interesse em compreender as ligações que as pessoas estabelecem com os lugares pode ser encontrado numa série de disciplinas. A sociologia, por exemplo, enfatiza a forma como os significados simbólicos dos ambientes influenciam o contexto social das interacções humanas (Grieder & Garkovich, 1994). A antropologia procura compreender o significado cultural dos lugares na vida quotidiana (Gupta & Ferguson, 1997). A geografia humana tem explorado o conceito de ‘sentido de lugar’ (Relph 1976, 1997; Buttimer & Seamon 1980; Tuan 1977, 1980), que é semelhante à noção de ‘ligação ao lugar’ desenvolvida pela psicologia ambiental (Brown, 1987; Altman & Low, 1992). Quando vista a partir desta última disciplina, a ligação representa uma conexão ou vínculo positivo entre uma pessoa e um lugar específico (Giuliani & Feldman, 1993; Williams & Patterson, 1999). No decorrer dessa interacção,

espaços indiferentes transformam-se em lugares carregados de significado que servem como objectos de ligação (Tuan, 1977).

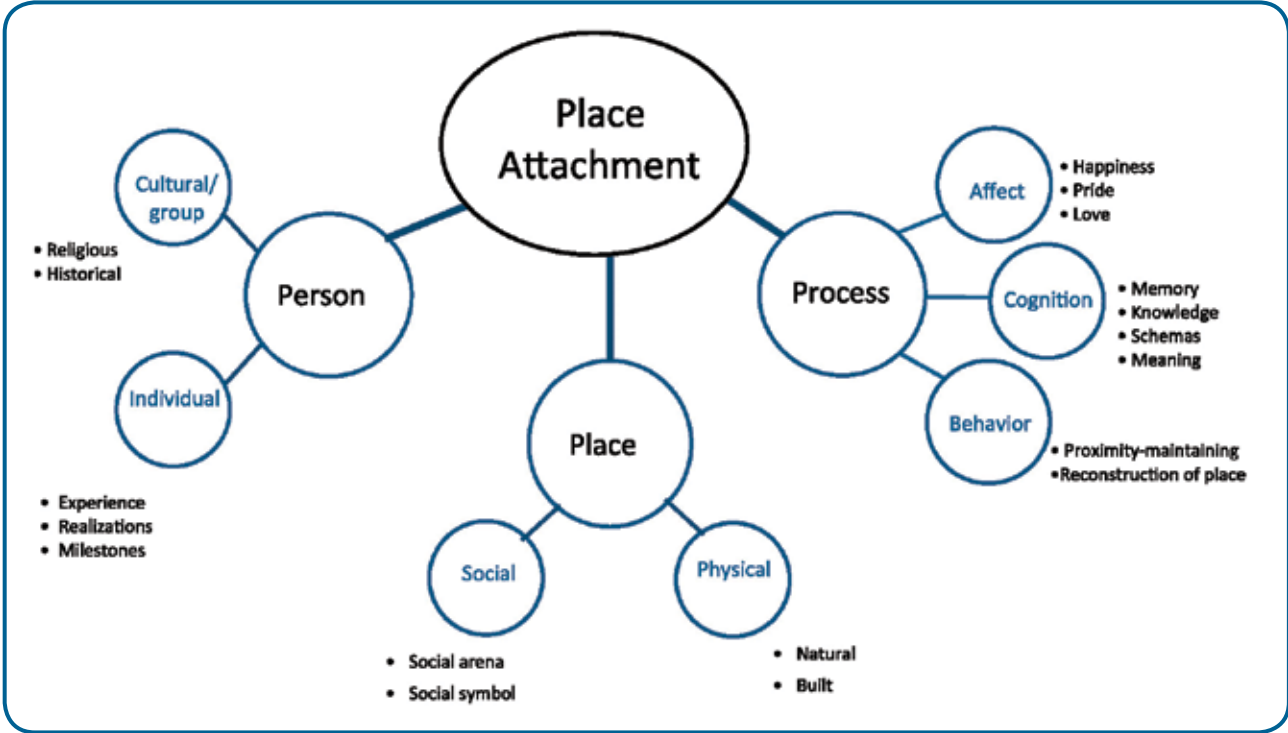
É, sobretudo, nestes dois últimos domínios que tem sido dada mais atenção ao estudo da ligação ao lugar. Este conceito tem sido relacionado com características físicas e psicológicas (Bonnes & Secchiaroli, 1995), e variáveis relacionadas com sentimentos, emoções, e vínculos que as pessoas desenvolvem em relação aos lugares onde vivem (Bagozzi, 1978; Hay, 1998). Pretty *et al.* (2003) e Groat (1995) propõem que as relações individuais com lugares atribuem-lhes sentido e ordem através de processos individuais, sociais e culturais. Riger & Lavrakas (1981) consideram duas características particulares da ligação ao lugar que se relacionam com enraizamento (*rootedness*) e conexidade (*bondedness*). O enraizamento é associado à duração, ao sentido de propriedade e à expectativa de viver no mesmo lugar. A conexidade é associada ao sentido de pertença e à familiaridade do lugar.

Uma coisa é certa: foi demonstrado que a emoção tem uma influência profunda nas relações que as pessoas estabelecem com ambientes específicos. Tuan (1977) sugere que a emoção é um aspecto importante

através do qual as pessoas carregam os ambientes com significado. Eisenhower *et al.* (2000) mostraram como a interacção com certos ambientes naturais contribui para o desenvolvimento de uma ligação emocional a esses territórios. Casakin & Billig (2009), Jorgensen & Stedman (2001, 2006), e Kyle *et al.* (2004) verificaram que a ligação afectiva recebeu pontuações mais elevadas em comparação com outras dimensões de ligação, tais como a identidade local e a dependência do lugar.

A diversidade das definições reflecte o crescente interesse na ligação ao lugar e pode ser vista como um progresso no estabelecimento de um quadro teórico do conceito. A literatura existente revela diferentes processos, lugares e pessoas envolvidos na ligação pessoa-lugar mas as suas definições permanecem atomizadas e, portanto, o progresso teórico do conceito ainda não foi reconhecido, nem foi estabelecida uma definição mais geral de ligação ao lugar. Ao explorar as afinidades entre os diferentes usos do conceito, podemos começar a delinear e depois estruturar, um entendimento coerente sobre o mesmo. Adoptámos a estrutura tridimensional proposta por Scannell & Gifford (2010). Esta estrutura propõe a ligação ao lugar como conceito multidimensional com

Fig. 2. Modelo tripartido de ligação ao lugar, in Scannell & Gifford (2010).



PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE

dimensões relacionadas com a pessoa, o processo e o lugar (Fig. 2). Usaremos este quadro de análise com uma atenção especial à dimensão afectiva (processo) associada à experiência individual (pessoa) de ambientes construídos (lugar).

A Ligação ao Lugar como Experiência Individual

A ligação ao lugar tem uma forte componente empírica individual. Por exemplo, é sempre mais forte em ambientes que evocam memórias pessoais, e este tipo de ligação ao lugar pensa-se que contribui para um sentimento de si mais estável (Twigger-Ross & Uzzell, 1996). Da mesma forma, os lugares tornam-se significativos a partir de experiências pessoais importantes como metas, realizações (por exemplo, onde conheci a minha mulher), e experiências de crescimento pessoal. Como Manzo (2005: 74) observa no seu estudo sobre as experiências e lugares que criam sentido de lugar: “*it is not simply the places themselves that are significant, but rather what can be called ‘experience-in-place’ that creates meaning*”. Embora outros teóricos argumentem que as características do lugar são parte integrante da construção do sentido de lugar, o argumento de que as experiências individuais podem constituir a base da ligação é convincente.

Topofilia: A Ligação ao Lugar como Afecto

A ligação pessoa-lugar envolve, sem margem para dúvida, um vínculo emocional a um lugar específico (por exemplo, Cuba & Hummon, 1993; Fullilove, 1996; Giuliani, 2003; Hidalgo & Hernández, 2001; Manzo, 2003, 2005; Mesch & Manor, 1998; Riley, 1992). Os geógrafos humanistas descrevem a pertença ao lugar em termos emocionais. Tuan (1974), por exemplo, cunhou a palavra ‘topofilia’ ou ‘amor do lugar’, para este tipo de conexão, e Relph (1976) definiu a ligação ao lugar como o vínculo autêntico e emocional com um ambiente que satisfaz uma necessidade humana fundamental. Os psicólogos ambientais afirmam igualmente o papel central do afecto na ligação pessoa-lugar. Na maior parte das vezes, as suas definições retratam a ligação ao lugar em termos afectivos, como um investimento emocional num lugar (Hummon, 1992) ou “*feelings of pride and a general sense of well-being*” (Brown *et al.*, 2003).

Uma evidência adicional de que a ligação a um lugar se baseia na emoção vem da literatura sobre a migração, quando indivíduos são obrigado a deixar os

seus lugares, como no caso de um desastre natural ou de uma guerra, imigração, ou deslocalização. No seu clássico estudo sobre os efeitos da deslocação, Fried (1963) examinou o projecto de revitalização do bairro do West End em Boston. As ‘melhorias’ previstas para o bairro fizeram com que os moradores perdessem estruturas familiares e contextos sociais, e muitos deles foram forçados a mudar-se. Essencialmente, esta reconstrução traduziu-se no colapso de uma comunidade unida. Depois do sucedido, os moradores lamentaram e exibiram sinais de dor. Fried conclui que a dor não se limita à morte de um ente querido, mas pode surgir após a perda de um lugar importante.

Fullilove (1996) também constatou que as deslocações resultam em sentimentos de tristeza e saudade, e assim concluiu que a ligação é baseada principalmente no afecto. As relações com os lugares podem representar uma série de emoções que vão do amor e contentamento ao medo, ódio e ambivalência (Manzo, 2005). Por exemplo, pode-se experimentar como lugar significativo a casa onde se viveu a infância, mas isso não significa necessariamente que o vínculo seja positivo. Experiências infelizes ou traumáticas num lugar podem criar sentimentos negativos ou até mesmo aversão em relação a esse lugar. Embora se possam criar laços com uma carga muito negativa com lugares importantes, a ligação ao lugar é geralmente definida em termos positivos. O desejo de manter a proximidade de um lugar é uma tentativa de experimentar as emoções positivas que esse lugar pode evocar (Giuliani, 2003).

É também neste sentido (positivo) que se desenvolve o já referido trabalho de Tuan sobre percepção ambiental e atitudes que trata do amor ao lugar: “a minha preocupação principal é com a formação e a natureza das atitudes e valores positivos”. Para tal, Tuan define o neologismo ‘topofilia’ como “elo afectivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal” (Tuan, 1974: 5). A noção abrange todos os laços afectivos dos seres humanos com o meio ambiente material que diferem profundamente em intensidade, subtilidade e modo de expressão. Segundo Tuan, a topofilia “não é a emoção humana mais forte. Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como símbolo”. (Tuan, 1974: 107)

Um dos aspectos que sublinha na sua análise é a menor variabilidade da experiência urbana e o reduzido contacto físico com o meio natural nas sociedades des-envolvidas (literalmente, não-envolvidas): “O que falta às pessoas nas sociedades avançadas (e os grupos *hippies* parecem procurar) é o envolvimento suave, inconsciente com o mundo físico, que prevaleceu no passado, quando o ritmo de vida era mais lento e do qual as crianças ainda desfrutam”. (Tuan, 1974: 110) Um envolvimento de mente aberta, indiferença por si mesmo e indefinição das regras de beleza. Embora não seja necessariamente a causa directa da topofilia, o meio ambiente fornece os estímulos sensoriais que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais: “aquilo a que decidimos prestar atenção (valorizar ou amar) é um acidente do temperamento individual, do propósito e das forças culturais que actuam em determinada época”. (Tuan, 1974: 129)

Na sua análise da espacialidade em movimento, Giuliana Bruno (2002) atravessa o reino da emoção, retornando constantemente à localidade da topofilia, embora numa perspectiva distinta: “*Although I have found inspiration in this work, my engagement with the notion of topophilia stems from a very different premise. [...] By contrast, I have used the term topophilia to describe that form of cinematic discourse that exposes the labor of intimate geography – a love of place that works together with the residual texture of cineres [cinzas]. Such work is driven by a passion for mapping that is itself topophilically routed not on wholeness but on the fabric of lacunae. [...] This is the site of (in)visible traces, inscribed and laid bare, enduring yet erasable on the white fabric of the screen*”. (Bruno, 2002: 354)

É precisamente este mapeamento dinâmico dos afectos que é explorado neste trabalho, resultante não de um sentido unívoco do lugar mas de aberturas interpretativas, espaços vazios ou rasgões que pedem conserto, remendos imaginários que se sobrepõem sem, no entanto, deixarem marca. Neste sentido, o espaço, tal como a tela cinematográfica, torna-se lugar precisamente quando acolhe as projecções que fazemos daquilo que nos toca, tornando-nos participantes individuais de uma totalidade, afinal a mesma que Tuan almejava.

Várias teorias foram desenvolvidas ao longo das três últimas décadas para explicar respostas afectivas e preferências por determinados ambientes ou características ambientais. Estas podem ser divididas em teorias evolucionistas e teorias da preferência

cultural. As teorias da preferência cultural assumem que as circunstâncias sociais e culturais, a motivação, a experiência anterior da paisagem, e outros atributos pessoais do observador, determinam a percepção e a experiência de um ambiente físico (Bourassa, 1990; Home, Bauer & Hunziker, 2010).

Gifford (1980) mostrou que os interiores de edifícios apelam de modo significativamente diferente em função da idade, sexo, nível educacional e disposição. A resposta a um ambiente também depende da familiaridade do visitante com o meio (Conniff, Craig, Laing, & Galán-Díaz, 2010), os seus planos (Ward, Snodgrass, Chew & Russell, 1988; Snodgrass, Russell & Ward, 1988) e as suas expectativas (Bitner, 1992), muitas vezes, parcial ou totalmente formadas antes de encontrar esse ambiente.

Nas teorias evolucionistas, defendidas, por exemplo, por Kaplan & Kaplan (1982, 1989), e Appleton (1975), a percepção da paisagem e respectivas preferências são moldadas pelo instinto biológico de sobrevivência. A teoria do processamento da informação de Kaplan & Kaplan (1989) sugere que os seres humanos preferem ambientes que proporcionam informação rápida e compreensível (Bell *et al.*, 2001). Por outro lado, também apreciam cenários cativantes e que despertam interesse.

Kaplan & Kaplan distinguem coerência e legibilidade como características que facilitam o entendimento do meio ambiente, e complexidade e mistério como factores que aumentam o envolvimento ou interesse pelo meio ambiente. Abordagens mais recentes da estética da paisagem defendem a combinação de forças culturais e biológicas para explicar a preferência da paisagem, argumentando que esta não depende apenas das características físicas do ambiente mas também do relacionamento e envolvimento do indivíduo (Arnberger & Eder, 2011; Tveit *et al.*, 2006).

3. ARQUITECTURA FRACA: ENVOLVIMENTO FORTE

3.1. CONCEITOS

Porque é que uma pessoa com óculos escuros chama mais atenção? Não é por causa dos óculos mas por causa dos olhos. Os óculos escuros tapam os olhos de quem vemos e o nosso cérebro é obrigado a preencher o espaço ‘em branco’ para completar a fisionomia da face de que não vê os olhos.

PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE

Este processo demora algum tempo, um segundo ou fracções de segundo, mas esse tempo a mais é atenção a mais. Mais tempo equivale a mais atenção e a uma maior densidade da rede neuronal que é activada no cérebro, gerando uma memória mais rica porque acrescenta traços multissensoriais ao objecto da percepção para o conseguir (re)construir. Quanto menor for a definição informativa, maior é o esforço cognitivo aplicado na sua percepção e maior é o envolvimento.

O mistério, instrumento de ampliação do envolvimento e densidade afectiva, é subtil, aberto, háptico, necessariamente improvável a não ser por quem o experimenta, para quem se torna inevitável. Está aqui a distinção fundamental da abordagem que aqui se propõe. A questão do envolvimento na arquitectura não é só a da informação – “*natural elements, figurative art, or ornament*” (Salinger & Masden 2008) –, nem da sua organização – fractal ou segundo um de 253 padrões –, mas do modo como se apresenta.

A experiência do mistério na cidade, como na teologia, “é de nudez, muitas vezes mudez, de fragilidade, dúvida, silêncio e noite; é uma experiência de não saber, não ver, não conhecer, não ter, não poder... É um não repetido que paradoxalmente acaba por se tornar lugar de encontro”. (Tolentino Mendonça, 2012)

Segundo Juhani Pallasmaa (2000), a cultura ocidental aspira ao poder e à dominância e essa ambição também se reflecte na arquitectura que procura uma imagem e um impacto fortes. Esta abordagem da arquitectura não corresponde à necessidade de mistério, atrás referida, que é, como vimos, associada ao enriquecimento emocional e, consequentemente, existencial do ser humano.

O filósofo Gianni Vattimo (1983) introduziu na década de 1980 as noções de ‘ontologia fraca’ e ‘pensamento débil’, com algumas afinidades com o ‘empirismo delicado’ (*zarte Empirie*) de Goethe que identifica a necessidade de esforço para compreender o significado de qualquer coisa através de um olhar empático prolongado com base na experiência directa.

Nesta linha de pensamento, também podemos falar de uma arquitectura ‘fraca’ ou ‘subtil’,⁶ ou, mais precisamente, uma arquitectura de estrutura e imagem fracas. Enquanto a arquitectura forte quer impressionar por meio de uma imagem excepcional e da articulação consistente e singular da forma, a

arquitectura de imagem fraca é contextual e ágil, está mais preocupada com a interacção sensorial real do que com demonstrações idealizadas e conceptuais.

Ignasi de Solà-Morales foi um dos primeiros a projectar as ideias de Vattimo na realidade da arquitectura num ensaio intitulado “Arquitectura Débil”, publicado em 1987. Neste oferece uma teoria da situação da arquitectura após a crise do modernismo, designando-a ‘arquitectura débil’, em referência ao ‘pensamento débil’ de Vattimo que enquadra a perda do fundamento e do desejo da representação: “*La interpretación de la crisis del Proyecto Moderno sólo puede hacerse desde lo que Nietzsche llama ‘la muerte de Dios’, es decir, desde la desaparición de cualquier tipo de referencia absoluta que de algún modo coordine, ‘cierra’, el sistema de nuestros conocimientos y de nuestros valores, a la hora de articularlos en una visión global de la realidad*”. (Solà-Morales, 1987: 72-73)

A arquitectura fraca edifica-se, assim, na transição de uma cultura ‘iluminista’, em que o arquitecto ‘iluminado’ expressa a ordem do mundo através da forma arquitectónica, para uma cultura ‘existencialista’, em que cada um constrói a sua realidade, baseada na experiência.

Outras características da arquitectura fraca são a sua condição decorativa e monumental. Decorativa como o que é acessório e não requer uma leitura atenta porque emerge da periferia, da envolvente, da atmosfera. Neste sentido, é difusiva e torna-se a abertura que alarga a consciência. Monumental, não como representação do absoluto, mas na acepção que Foucault lhe dá de vestígio, ressonância, ou indício.

Solà-Morales desenvolve estas ideias a partir de obras concretas de artistas como Duchamp e Serra, e arquitectos como Jujol, Hoffmann e Melnikov, defendendo a experiência estética como modelo mais pertinente de uma construção fraca (da verdade) da realidade. Não pretende ser uma experiência central a partir da qual se pode deduzir a organização de toda a realidade, mas produzir-se de uma maneira subtil, fragmentária e periférica, com a capacidade de insinuar, ao invés de determinar, uma compreensão mais intensa e profunda da realidade.

Outra noção que nos leva ao conceito de arquitectura fraca é a da dobra de Deleuze que nos diz que o subjectivo e o objectivo não são campos distantes e às vezes cruzam-se, dando lugar a dobras de uma mesma realidade. E isso é muito esclarecedor para esta

abordagem da arquitectura porque o devir existencial ocorre precisamente quando o tempo do sujeito e o tempo do objecto se encontram, como uma dobra nos seus próprios trajectos, uma co-moção, um momento de intensidade poética e criativa.

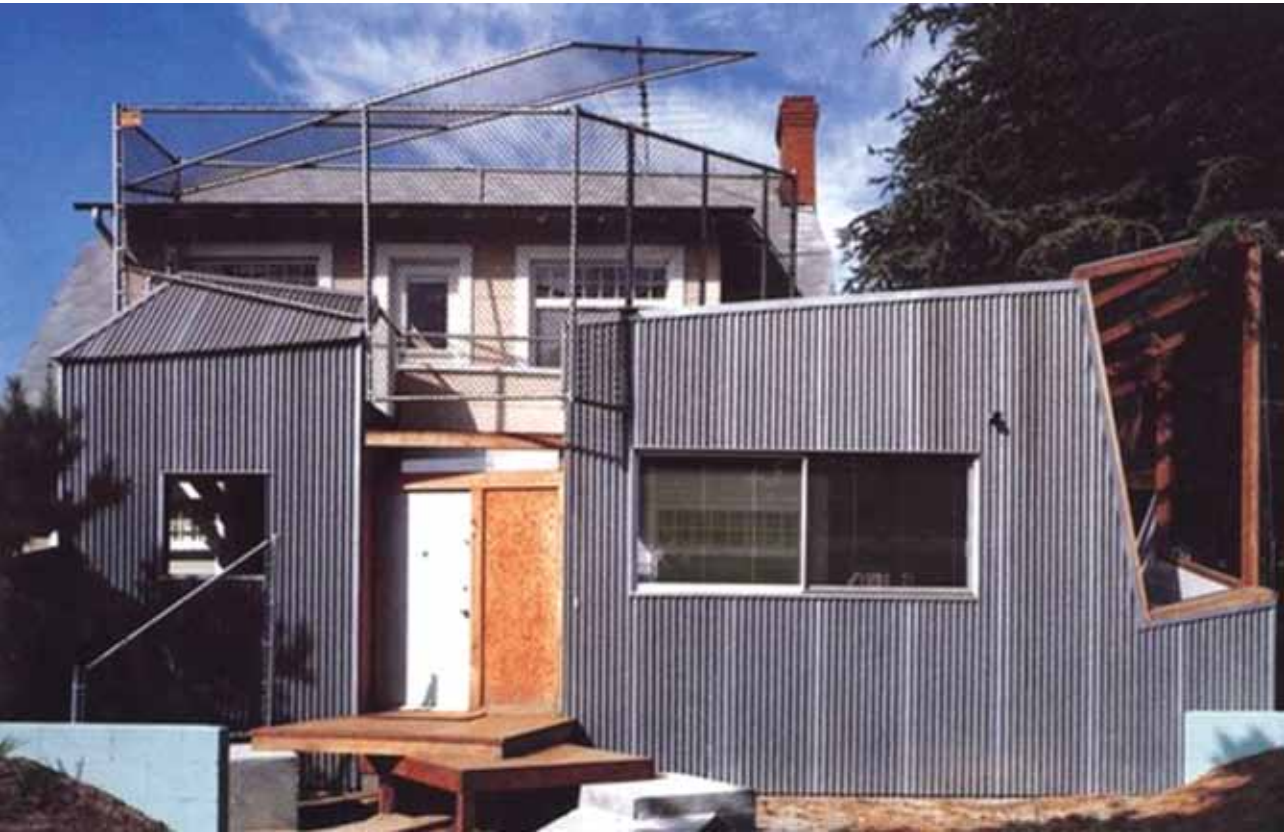
Este conjunto da precariedade do evento e da dobra extemporânea da realidade só pode ser decorativo. No seu sentido mais comum, o decorativo não é essencial, não é substância mas ‘apenas’ acidente. Solà-Morales reforça-o como o que não quer ser central, não quer impor-se. Este reconhecimento do valor tangencial, de uma certa fragilidade, é, possivelmente, a sua condição de maior elegância e no fundo a sua força. É como o ressoar do sino depois de tocar. Tem a ver com o encanto da poesia depois de a ler, o sabor da música depois de a ouvir, o prazer da arquitectura depois de a experienciar: “*Es la fuerza de la debilidad. Aquello que el arte y la arquitectura son capaces de producir precisamente cuando no se presentan agresivas y dominantes, sino tangenciales y débiles*”. (Solà-Morales, 1987: 85)

Podemos identificar, ainda antes de 1980, alguns exemplos de arquitectura fraca: os edifícios bancários de Álvaro Siza ou a casa de Frank Gehry em Santa Mónica (Fig. 3) são referências a considerar. Nestas obras constata-se uma aceitação da relação precária que a arquitectura tem com o meio físico e social que dissipa o heroísmo modernista e facilita uma espécie de convalescença no fragmentário, no momentâneo.

Estes fragmentos constituem-se precisamente como inscrições materiais das possíveis incoerências do meio. Álvaro Siza (1980: 9), numa passagem que parece ecoar na citação que Solà-Morales faz de Goethe,⁷ refere: “*an architectonic proposition whose aim is to go deep [...] can’t find support in a fixed image, can’t follow a linear evolution. [...] Each design must catch, with the utmost rigor, a precise moment of fluttering image in all its shades, and the better you can recognize that fluttering quality of reality, the clearer your design will be. It is the more vulnerable as it is true*”.

O problema colocado por Siza (1980) continua actual e Latour & Yaneva (2008) reconhecem-no: “*the*

Fig. 3. Frank Gehry, *Gehry Residence*, Santa Mónica (CA), E.U.A., 1978. ©netropolitan.org. In AdelynPerez, “Gehry Residence / Frank Gehry” 05 Jul 2010. ArchDaily. Consultado a 22 de Março de 2014 em: <http://www.archdaily.com/67321/gehry-residence-frank-gehry/>.



PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE

problem with buildings is that they look desperately static. It seems almost impossible to grasp them as movement, as flight, as a series of transformations”. Percebemos o mundo como um processo, em constante mutação, e não conseguimos atingir qualquer consciência de nível superior e sentido de lugar sem apreender essa dinâmica. Só então temos consciência de nós próprios, do mundo, e da constância dessa inevitável e misteriosa relação.

É esta dinâmica que a arquitectura pode revelar, permitindo ao utilizador compreender a sua experiência profundamente pessoal do espaço e, a partir dela, construir o seu lugar. Precisamos, para isso, de um dispositivo espacial que, ao invés da ‘espingarda fotográfica’ de Marey, nos dê a síntese multissensorial do fluir de algo que nos aparece estático, um instrumento essencialmente projectivo, imaginativo, cinematográfico, a tal (*e*)*motion picture* explorada por Giuliana Bruno (2002), que possibilite experiências íntimas abertas a múltiplas interpretações: “*a polyphonic instant in the heart of the chaotic metropolis*”. (Solà-Morales, 1992)

É precisamente ao cinema que Pallasmaa (2000) vai buscar as analogias necessárias, designadamente aos filmes de Antonioni ou de Tarkovsky em que a narrativa fraca, baseada na ambiguidade e na improvisação, cria uma distância intencional entre a imagem e a história com o objectivo de enfraquecer a lógica da narrativa, gerando um campo associativo de imagens que suscita fortes interpretações pessoais.

Nenhum outro cineasta da era moderna criou imagens tão indeléveis do universo urbano e, com uma ambiguidade deliberada, retém das suas audiências percepções intensas sobre o que move os seus personagens, como Michelangelo Antonioni que escreve: “*We know that under the image revealed there is another which is truer to reality and under this image still another and yet again still another under this last one, right down to the true image of that reality, absolute, mysterious, which no one will ever see or perhaps right down to the decomposition of any image, of any reality*”.⁸

Com formação em arquitectura, obcecado pela aparência da cidade contemporânea, Antonioni estava particularmente interessado na presença das figuras na paisagem, urbana ou deserta, e em nenhum filme isso é mais claro do que em *The Passenger* (1975). O que parece um *thriller* é-o apenas na estrutura, pois o *suspense* denso e real é, na verdade, o gancho imaginário

que nos deixa a oscilar entre questões de identidade: o enigma da existência e da solidão. As acções na tela são o meio através do qual se desdobram as imagens. Actores e enredo são peças do cenário. A atmosfera sobrepõe-se a tudo.

Andrei Tarkovsky também é um cineasta que cria atmosferas intensas a partir de ambiguidades multissensoriais, sobretudo na relação entre a imagem e o som. Em *Stalker* (1979), por exemplo, leva-nos numa viagem de descoberta interior onde é mais importante o caminho percorrido, insinuante e misterioso, do que o local onde se chega. Através de uma sensibilização para as possibilidades do som e da imagem no cinema, Tarkovsky mostra-nos que é possível transcender os limites dos seus usos tradicionais e dar ao espectador a liberdade de se envolver que permita à sua sensibilidade e à sua mente subconsciente terem um papel activo na criação de uma conexão pessoal e de um sentido.

Também na arquitectura fraca o que importa é o processo, pois é neste que podemos encontrar o sentido. Conhecemos o ponto de partida e temos a expectativa da chegada. mas é ao longo do percurso que nos podemos desfocar e, neste modo de percepção periférica e consciência alargada, construir o nosso próprio lugar na realidade. Este processo pode acontecer na cidade através da aplicação de estratégias subtis que, com um mínimo de intervenção física, sugiram ao utilizador um novo olhar, difuso, envolvido, para que este deixe de ser um elemento exterior e se torne participante, aceitando uma responsabilidade ética na progressão dos eventos.

3.2. PRÁTICAS

“Whatever space and time mean, place and occasion mean more. For space in the image of man is place and time in the image of man is occasion.”
(Aldo van Eyck)

Como vimos, a cidade não resulta da acção directa de certos agentes institucionais mas é o produto da interacção complexa de diversos operadores cujos pontos de vista e interesses estão, muitas vezes, em conflito. Indeterminação e ambiguidade (não no sentido da incerteza paralisante mas de uma mobilizadora multiplicidade de certezas) são, por isso, termos inevitáveis que devem ser considerados em qualquer hipótese sobre o futuro da arquitectura e das

cidades. Nas últimas décadas, não aconteceram apenas mudanças nas condições espaciais, económicas e sociais em que o projecto urbano intervém, mas também mudou a maneira como o urbanismo é apreendido e percebido como prática.

O arquitecto que, mais do que ninguém, abraçou a ideia de arquitectura como ‘espaço livre’ para o desenvolvimento indeterminado foi Cedric Price. Os seus projectos centravam-se numa ideia de arquitectura que mudava com o tempo de acordo com o seu uso. Um aspecto fundamental do trabalho de Price foi a sua preocupação com a possibilidade de ‘capacitar’ a criatividade humana através de um ambiente desprovido das restrições espaciais habituais na arquitectura tradicional. Um protótipo (não construído) destas ideias foi o projecto para o pólo educacional Potteries Thinkbelt que publicou em 1966, primeiro na revista de sociologia *New Society* e depois na *Architectural Design*. Voltamos, no entanto, ao ponto essencial: não há significado unilateral. A experiência existencial necessita de diálogo. Price parece ter perdido a capacidade de diálogo no projecto Thinkbelt na tentativa de enfraquecer a sua estrutura. Fica a dúvida: qual será o limite da fraqueza na arquitectura?

As qualidades da arquitectura aqui preconizada podem ser obtidas através de diferentes estratégias de projecto que têm, no entanto, algo em comum: baseiam-se na intensidade da experiência, combinando ambiguidade com metáforas corpóreas. Pallasmaa (2000) apresenta-nos vários exemplos: do jardim japonês a Peter Zumthor, passando pelo Paimio Sanatorium de Alvar Aalto (1929-32), os acessos à Acrópole de Dimitiris Pikionis (1951-57), as quedas de água abstractas de Lawrence Halprin e os ambientes meticulosamente trabalhados de Carlo Scarpa. Não condena a arquitectura com vigor formal mas critica a arquitectura formalista, sugerindo uma alternativa às estéticas redutivas dominantes no pensamento arquitectónico contemporâneo.

Muitos arquitectos contemporâneos combinam força conceptual com a subtilidade sensual aqui preconizada: Tadao Ando, Peter Zumthor, Steven Holl, Rick Joy, ou Kengo Kuma. Também na obra de Luís Barragan a imagem aparentemente forte rapidamente resvala para o mundo ilusório dos sonhos. Estes arquitectos utilizam a condensação e a simplificação para fins contemplativos e meditativos, i.e. como meio de alargamento da consciência, não como mero

estímulo da retina. Procuraremos de seguida retrazar uma genealogia destas práticas na arquitectura.

Tudo começou no quadro da “humanização da vida urbana” do CIAM (Congrès internationaux d’architecture moderne) com a descoberta das relações entre o individual e o colectivo, da espontaneidade, da informalidade, e das actividades nómadas; prolongou-se na crítica da cidade-jardim e da arquitectura racionalista do período entre-guerras, dos modelos de vizinhança e da Unidade de Habitação. A obsessão pelo movimento e pela comunicação, e acima de tudo a ideia de que a indeterminação é a melhor maneira de lidar com a questão urbana foram conceitos fundamentais dos arquitectos que formaram o colectivo Team 10, tais como Alison e Peter Smithson, e Aldo van Eyck, entre outros.

O urbanismo unitário dos situacionistas, muito próximo das ideias de Henri Lefèbvre, parte das transformações da vida quotidiana e da natureza do desenvolvimento urbano para uma crítica ao urbanismo ‘capitalista’ visto como barreira à extensão espontânea das cidades. As suas ferramentas são as da psicogeografia, em que jogo, deriva e desvio são utilizados como técnicas cartográficas. Guy Debord e os seus companheiros defendem um urbanismo emancipado e emancipador, encorajando a reapropriação através da criação de lugares de encontro cujo poder emana de uma experiência vivida e incorporada do quotidiano: “*UU9 envisages a terrain of experience for the social space of the cities of the future*”. (*Internationale Situationniste* n.º 3, 1959)

Uma iniciativa, de índole mais teórica mas que teve importantes efeitos na prática, foi a publicação, em 1969, do manifesto “Non-Plan: an experiment in freedom”, de Reyner Banham, Paul Barker, Peter Hall e o incontornável Cedric Price. O documento procurava investigar uma realidade terrena sem condições hierárquicas, incluindo a ideia de humildade, necessária quando se tem de decidir o melhor para outros, numa sociedade caracterizada pela revolução da cibernética, da abundância massificada, e da cultura popular. Na época, o ‘Não-Plano’ enfureceu muitos arquitectos e urbanistas, porque não só foi extremamente provocativo e controverso, como também foi contra o *status quo* e a uniformidade controlada do ambiente construído.

Um arquitecto que também aborda temas como a inclusividade social e a autonomia é Bernard Tschumi. Influenciado pelos situacionistas e fascinado pelos escritos anti-sistema de Georges Bataille dos anos

PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE

1920, vê o planeamento funcionalista como alienante. Procura, por isso, libertar a arquitectura de si mesma, desestabilizar e desconstruir a ambição da disciplina de ordenar o espaço e a sociedade. A sua prática presta particular atenção aos espaços de movimento e aos vazios: sítios indeterminados e não programados para eventos transitórios. Trabalha sobretudo ao nível do programa, promovendo a sua instabilidade como contraponto à rigidez arquitectónica. Os pontos, linhas e superfícies do Parc de La Villette (Paris, 1982-1998, Fig. 4) consubstanciam grande parte destas ideias numa manifestação crítica da vida urbana em que espaço, evento e movimento se conjugam num sistema alargado. Um lugar de cultura em que natural e artificial são compelidos a um estado constante de reconfiguração e descoberta. Falha no diálogo contextual¹⁰ e na encarnação metafórica do “maior denominador comum”: *la folie*.

Mais recentemente, a dupla nova-iorquina Elizabeth Diller e Ricardo Scofidio levou as noções de

indeterminação e ambiguidade ao extremo com o Blur Building (literalmente, edifício borrão) construído para a Expo 2002 na Suíça. Trata-se de uma estrutura ancorada no lago Neuchâtel, em Yverdon-les-Bains que surge como resposta à saturação causada pelo excesso de estímulos visuais que nos é imposto diariamente. O (não) edifício é uma nuvem, é nada, é a ausência, sem forma, sem profundidade, sem escala, sem massa, sem superfície, sem dimensões, como o descrevem os seus autores. É uma resposta aos excessos da vida e da arquitectura contemporânea: *“A blurry image is typically the fault of a mechanical malfunction in a display or reproduction technology. For our visually obsessed, high-resolution, high-definition culture that measures satisfaction in pixels per inch, blur is understood as a loss. Yet blur can also be thought positively – as de-emphasis. The Blur Building for Swiss EXPO 2002 is an experiment in the construction of de-emphasis and the immersive potential of blur on an environmental scale: while architecture is dematerialized, media becomes physically tangible”*. (Fig. 5)

Fig. 4. Bernard Tschumi, Parc de La Villette, Paris, França, 1982-98. ©Bernard Tschumi.

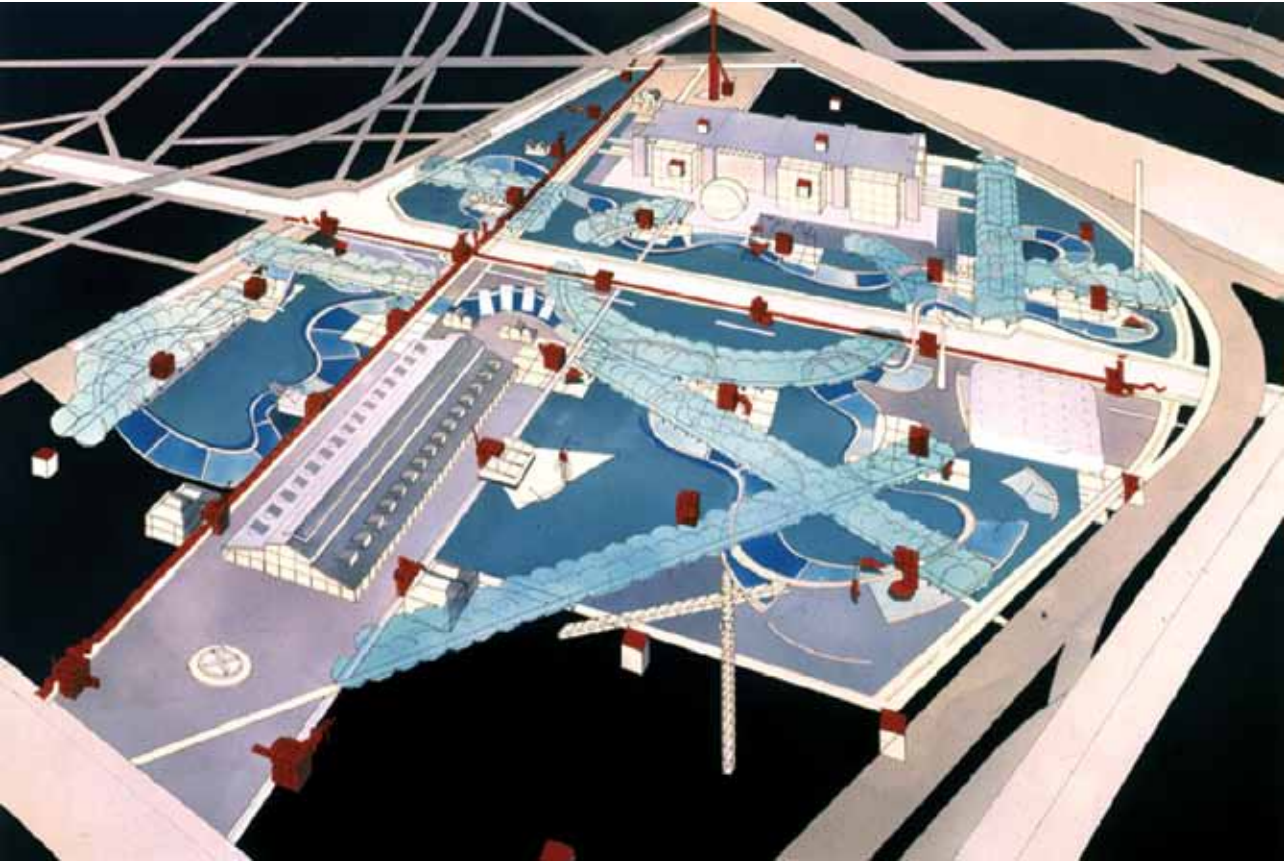


Fig. 5. Diller & Scofidio, Blur Building, Lago Neuchâtel, Yverdon-les-Bains, Suíça, 2002. ©Diller Scofidio+Renfro.

Mais do que um edifício, é para todos os efeitos uma atmosfera: *“It is an immersive environment in which the world is put out of focus so that our visual dependency can be put into focus”*. Apesar de se afirmar sem contexto, está constantemente a medir temperatura, humidade e velocidade do vento para responder às alterações climáticas e, assim, poder continuar a atenuar o espaço. Por fim, trata-se de uma metáfora corporificada que permite múltiplas interpretações: das mais *kitsch* – nuvens, Deus, anjos, ascensão, sonhos, etc. – à *“blank interpretive surface”* proposta pelos autores.

Menos é Suficiente

Para além da autonomia, outra questão que se coloca é a da economia. De quanto espaço precisamos? Esta poderá ser a questão fundamental a que Gary Chang tenta responder através da forma como habita/transforma o seu apartamento (Fig. 6) localizado no centro de Hong Kong, com apenas 32 metros quadrados, onde tem vivido desde os

seus 14 anos. Desde que os seus pais se mudaram, Chang experimentou uma série de modificações que reflectem a sua abordagem da arquitectura: maximizar as possibilidades, minimizando os elementos. Para isso, trabalha com um conjunto de conceitos como mudança, escolha, conexão e coexistência, reflectindo

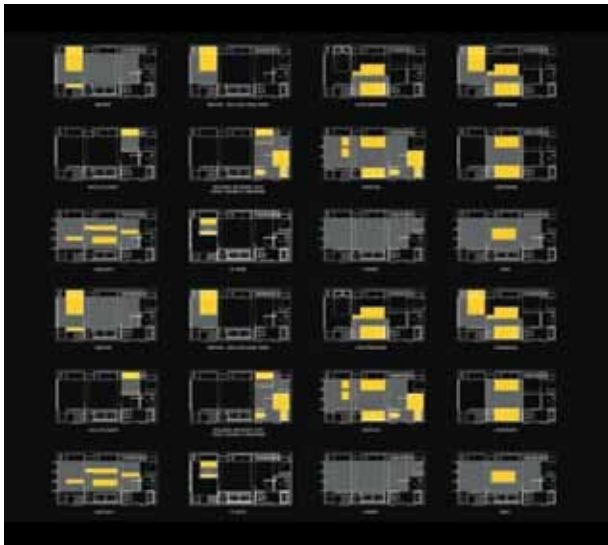


Fig. 6. 24 Modes (Domestic Transformer), Hong Kong, China, 2007. ©Edge Design Institute.

PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE



Fig. 7. Lacaton & Vassal, Place Léon Aucoc, Bordéus, França, 1996.
©Lacaton & Vassal. Consultado a 22 de Março de 2014 em: <http://lacatonvassal.com/index.php?idp=37>.

a natureza improvisada da operação de uma cidade tão densa e intensa como Hong Kong numa arquitectura da necessidade.

O trabalho de Chang leva ao extremo o conceito de instabilidade, a mudança de forma associada à mudança de função, na arquitectura tal como no design e, possivelmente, no cérebro. No seu apartamento, a miríade de opções dissimuladas em 32 metros quadrados é extraordinária. O mesmo pode ser dito sobre as suas intervenções no espaço público, como “Leisure Slice” e “The Cascade” (objecto desta investigação que será dissecado mais adiante), ou os seus objectos, como a bandeja “*trick and treat*” desenhada para a Alessi.

A prática de Gary Chang é uma manifestação crítica dos excessos da sociedade materialista bipolar de Hong Kong, da abundância das sedes das grandes corporações e dos *design hotels* à escassez das habitações partilhadas e das *cage homes*, do capitalismo libertário ao comunismo totalitário, numa cidade onde o espaço é o bem mais caro. Esta arquitectura da necessidade pode ser interpretada à luz das ideias que Pier Vittorio Aureli elabora em *Less is Enough* (2013).

Nos últimos anos, sobretudo desde a recessão económica de 2008, a atitude ‘menos é mais’ tornou-se moda, desta vez defendida por críticos, arquitectos e *designers*, num tom ligeiramente moralista. ‘*Less is more*’, diz o chavão modernista. Mas será que é mesmo? Numa época em que nos pedem incessantemente para fazer ‘mais com menos’ ainda podemos romantizar

as pretensões do minimalismo? Estas são as questões que Aurelio levanta, apresentando-nos o retorno da ‘austeridade *chic*’ como uma perversão do que deveria ser um modo significativo de viver.

Aureli dá conta da ascensão do ascetismo no início do cristianismo e da sua institucionalização com os mosteiros medievais, demonstrando como a unidade básica da vida de recolhimento – a cela do monge – se tornou o fundamento da propriedade privada. A partir daí, segundo Aureli, tudo começa a correr mal e o ascetismo acaba por ser totalmente estetizado (no sentido mais superficial do termo, i.e. da aparência e do imediato) pela sociedade do consumo. Esta ‘estetização’ manifesta-se, por exemplo, nos mosteiros inspirados por lojas Calvin Klein,¹¹ no estilo de vida monástico de Steve Jobs ou na aura de despojamento da Apple.

Esta forma de resistência bio-lógica e performativa, em que se podem encontrar ressonâncias da fenomenologia de Michel de Certeau (os hábitos e costumes, o quotidiano), de Pallasmaa (o foco na vida e nos eventos), e até de Thrift (a desvalorização da representação), é também um meio de combater a verdadeira escassez dos nossos tempos: “*If there is a real scarcity in the world (which the rhetoric of austerity does not mention at all), it is the scarcity of attention, which has now been consumed by a state of permanent distraction, driven by increasingly sophisticated means of communication and production*”. (Aureli, 2013: 28)

Em suma, para as pessoas terem o controle das suas próprias vidas precisam de se concentrar em si próprios como núcleo da sua actividade, adoptando a *ars vivendi* como forma fundamental de sobrevivência. A arquitectura a conceber no âmbito desta prática deve ser uma arquitectura não focada na imagem mas nos eventos elementares da vida. Esta é, também, a condição da arquitectura fraca.

Como referência de práticas neste registo considera-se a dupla parisiense Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal no projecto de reabilitação da Praça Léon Aucoc, em Bordéus (1996): “*Ici, l’embellissement n’a pas lieu d’être. La qualité, le charme, la vie existent. La place est déjà belle. Comme projet, nous avons proposé de ne rien faire d’autre que des travaux d’entretien, simples et immédiats: refaire la grave du sol, nettoyer plus souvent, traiter les tilleuls, modifier légèrement la circulation, ... , de nature à améliorer l’usage de la place et à satisfaire les habitants.*”¹² (Fig. 7)

Em Portugal, vale a pena referir o trabalho de José Adrião, designadamente, o projecto da área de estadia de Santa Clara-a-Velha, em Odemira (2006): “Na primeira visita à zona de intervenção, apareceu o João, um miúdo de 9 anos que conhecia o sítio melhor que ninguém e que insistiu em que deveríamos conhecer as ilhas. Seguimos o João, abrindo caminho através do mato cerrado, e deparámos com duas pequenas ilhotas na margem do rio totalmente escondidas por detrás da vegetação. A partir daí, o projecto definiu-se: entender a área de intervenção de uma forma mais abrangente e criar um percurso que permitisse descobrir o sítio, tal

como nós o tínhamos feito”.¹³ Adrião revela neste texto a atenção e delicadeza com que aborda o existente e o modo como o subverte e potencia. A intervenção, de materialidade e custo mínimos, permite redescobrir o encanto da ruína da ponte sem a desvelar bruscamente, bem pelo contrário, levando o caminhante a perdê-la para a reencontrar, mais à frente, numa perspectiva surpreendente. É notável a poética de resistência, quase subversiva, com que o arquitecto desmaterializa a intervenção para incorporar o território e a sua memória. (Fig. 8)

Acupunctura Urbana

É neste contexto que emerge a acupunctura urbana, uma teoria da ecologia urbana que combina o desenho urbano com a teoria da acupunctura

Fig. 8. José Adrião Arquitectos, Área de Estadia de Santa Clara-a-Velha, Odemira, Portugal, 2006. ©Sérgio Mah.



PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE

tradicional chinesa. Esta estratégia considera as cidades como organismos vivos e, tal como na medicina tradicional chinesa, começa por identificar as áreas específicas deficitárias. Nestas áreas identifica os pontos sensíveis onde intervém com projectos localizados (no espaço e, por vezes, também no tempo) que servem como agulhas para revitalizar o todo a partir da cura das partes.

A noção de acupunctura urbana foi originalmente elaborada pelo arquitecto e urbanista catalão Manuel de Solà-Morales¹⁴ (1999): “*To act with punctures, pressures, injections is to distribute energy through the skin.*

It is the epidermis of the urban fabrics that enables us to transform internal metabolisms of its organism”. Jaïmer Lerner (2003) consolidou e aplicou o conceito na sua Curitiba: “A acupunctura urbana é um conjunto de acções pontuais e de revitalização que podem mudar progressivamente a vida na cidade. Essas intervenções na tessitura urbana ajudam a sarar a dor de forma instantânea, eficaz e funcional”. Mais recentemente, foi retomada e desenvolvida pelo arquitecto finlandês Marco Casagrande (2009).

Casagrande acaba mesmo por fundir na sua abordagem as ideias dos irmãos Solà-Morales, fazendo

a ponte entre a acupunctura urbana de Manuel e a arquitectura fraca de Ignasi num manifesto apresentado em 2009 na Helsinki University of Art and Design: “*As the city reflects control and strenght the urban acupuncture has to be weak in order to break the machine. In its direction towards the truth the weak architecture and weak art is the sister of theology and philosophy, but faster: weak art meets the absolute immediately; it is free from the philosophical discussion or the theological belief*”.¹⁵

Marco Casagrande com Wang Shu, Hsieh Ying-chun e Roan Ching-Yueh, constituíram, em 2010, o grupo WEAK! e iniciaram o projecto clandestino Paracity Taipé em que a arquitectura usa a cidade ‘oficial’ como “*growing platform and energy source, where to attach itself like a parasite and from where to leach the electricity and water...*”

Em Taipé, a acupunctura urbana, dependendo do contexto, ganha novos títulos: arquitectura ilegal, arquitectura orquídea,¹⁶ arquitectura do povo, ou arquitectura fraca. Hsieh, por exemplo, intitula o seu modo de intervir de arquitectura do povo (abaixo): “*Basically this means giving power back to people to build their homes and to self arrange their communities. [...] Hsieh wants people learn again to tune their built human environment to the natural conditions, hook up to the site-specific Local Knowledge and experience the architectural landscape through physical labour*”.¹⁷ (Fig. 9)

Esta escola de pensamento evita os grandes projectos de renovação urbana em favor das abordagens mais localizadas e comunitárias que permitem intervir com maior eficácia e economia de meios. As suas práticas utilizam intervenções de pequena escala para transformar o contexto urbano alargado. As áreas de intervenção são seleccionadas através da análise de factores sociais, económicos e ecológicos agregados, e são intervencionadas em diálogo com a comunidade. Assim como a prática da acupunctura visa aliviar a tensão no corpo humano, o objectivo da acupunctura urbana é aliviar a tensão no ambiente construído através de intervenções pontuais no tecido urbano com efeitos sociais catalíticos.

Urbanismo Táctico e Placemaking

Nos últimos anos, temas como urbanismo táctico e *placemaking* surgiram associados a conceitos como ‘acupunctura urbana’, ‘urbanismo de guerrilha’, ‘urbanismo *pop-up*’, ou ‘urbanismo *bricolage*’. Todos estes conceitos e abordagens perseguem a mesma ideia,

profundamente estudada por Jane Jacobs (1961), Michel de Certeau (1980), William H. Whyte (1980), Jan Gehl (1987) e outros, de que planeamento e desenho urbanos não são processos lineares e exigem uma compreensão e exploração das práticas urbanas e das dinâmicas de auto-organização: “*the kind of problem a city is*”. (Jacobs, 1961)

Placemaking (“fazer-lugar”) é definido pela City Repair como “*a multi-layered process within which citizens foster active, engaged relationships to the spaces which they inhabit, the landscapes of their lives, and shape those spaces in a way which creates a sense of communal stewardship and lived connection*” (Village Builder 4). Já urbanismo táctico é definido como “*small-scale improvements in an effort to effect large-scale, long-term change. This concept allows the design to be tested before allocating substantial political and financial commitments*”. (Tactical Urbanism 2: 1).

Nestas operações está implícita a distinção entre estratégia e tácticas feita por de Certeau (1980) e que deriva evidentemente da linguagem militar. Baseia-se numa distinção entre ideias gerais sobre objectivos e formas específicas de concretização. Tanto na guerra como na cidade, a pequena escala é o lugar da resistência e que permite uma análise mais fina da situação.

A anti-disciplina das tácticas é, segundo de Certeau (1980), o *modus operandi* por excelência dos utilizadores da cidade, supostamente votados à passividade e à disciplina, e inclui muitas das suas práticas quotidianas, tais como habitar, falar, ler, caminhar ou cozinhar. A espontaneidade e a improvisação são traços característicos da acção táctica. A performatividade e o *happening* são, também, centrais na criação deste vernacular urbano. O uso, ou literalmente o consumo,¹⁸ do espaço é considerado como prática de apropriação em relação ao conjunto planeado e construído por estruturas políticas.

A ‘táctica’ é a resposta operatória do utilizador do espaço à realidade imposta, uma acção calculada que determina a ausência de um próprio: o poder dos fracos. Com efeito, como vimos, o espaço urbano é caracterizado, sobretudo, pela exposição permanente ao outro, a alteridade é uma das características fundamentais deste tipo de espacialidade: o lugar do outro, que nunca é próprio do eu, por conseguinte.

A melhoria da habitabilidade das cidades começa normalmente à escala da rua, do quarteirão ou do edifício. Embora os esforços de grande escala tenham o

Fig. 9. Hsieh Ying-Chun, *Illegal Architecture*, Taipé, Taiwan, 2010. ©Marco Casagrande.



PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE

seu lugar, as melhorias incrementais, de pequena escala, são, cada vez mais, vistas como uma maneira de fasear investimentos substanciais. Este tipo de abordagem táctica permite a um conjunto de actores locais de testar novos conceitos antes de fazer compromissos políticos e financeiros substanciais.

Estas ideias tornaram-se especialmente urgentes pelo desafio evidente de criar cidades mais densas, mais diversas, e onde se ande mais a pé. Os recursos económicos disponíveis são escassos – em particular desde a crise financeira de 2008 – e, ao mesmo tempo, existem barreiras significativas relativamente a este tipo de intervenção quando comparado com modelos mais convencionais, especializados e segregados de desenvolvimento. É necessária, por isso, uma abordagem mais ‘alavancada’ (como se diz hoje em dia) e que faça uma utilização mais eficiente de recursos limitados.

O grande desafio é atingir estes propósitos mantendo a espontaneidade e o anonimato da operação

de modo a facilitar a sua apropriação. As intervenções tácticas propostas para Hong Kong pela plataforma multidisciplinar MAP Office passam, por exemplo, pela transformação de terraços em espaços comunitários ou de produções de ostras devolutas em espaços de recreio, pela desregulamentação dos becos, pela criação de bairros flutuantes ou o mapeamento das selvas periurbanas. Esta dupla de artistas/arquitectos baseada em Hong Kong desde 1996 faz uma análise crítica das anomalias espaciotemporais e documenta o modo como os humanos subvertem e se apropriam do espaço.

Uma referência destas práticas é o colectivo parisiense Atelier d’architecture autogérée (AAA). Os seus projectos são experiências de reaproveitamento temporário do espaço urbano abandonado através da criação de infra-estruturas co-geradoras que são apropriadas lentamente pelos moradores locais e transformadas em espaços auto-geridos. *Passage 56* (Fig. 10), por exemplo, consistiu na transformação duma passagem abandonada num jardim produtivo por meio

de um processo participativo. O projecto foi elaborado e construído com um custo mínimo, usando materiais reciclados recolhidos pelos próprios moradores.

As tácticas, descendentes bastardas da poiética, por oposição às estratégias dos ‘lugares próprios’ e do poder, redesenham situações a partir de elementos existentes e criam situações imaginadas de ocasião que se justapõem e coexistem, permitindo assim a apropriação do espaço urbano e uma participação na construção da cidade. Esta prática invisível e quotidiana, este lado clandestino da experiência espacial, cuja compreensão é essencial para este trabalho,¹ completa a instrumentação necessária à fabricação da chave intelectual que deverá permitir fechar o ‘perigoso’ portal da empiria.

4. ESTUDO DE CASO: “THE CASCADE”
EM HONG KONG

“The Cascade” é uma intervenção no espaço público desenhada por The Edge (Gary Chang e

associados) e encomendada por Public Art Hong Kong e Hong Kong Arts Centre que transformou as escadas que ligam Arbuthnot Road e Wyndham Street no Edifício Centrium em Março de 2007. Concebida como uma instalação temporária que não deveria durar mais de um ano, “The Cascade” permaneceu no local e não será certamente substituída antes do final de 2015. (Fig. 11)

Em “The Cascade”, uma paisagem artificial é projectada para responder à topografia única do sítio: uma cascata de degraus que cria um acesso público e gera potencial para um espaço público de escala delicada. O desenho reflecte uma exploração no contexto do local: a configuração do muro de fronteira e do canteiro adjacente pré-existent constituiram os pontos de referência de base para a geometria da obra em forma de treliça metálica. As bauínias são mantidas intactas, enquanto a exigência de iluminação nocturna, por questões de segurança, é integrada na estrutura. Projectores cuidadosamente posicionados lançam uma

Fig. 10. Atelier d’Architecture Autogérée, *Le 56/Eco-interstice*, Paris, França, 2006. Consultado a 22 de Março de 2014 em: <http://www.urbantactics.org/projects/passage%2056/passage56.html>.



Fig. 11. Edge, “The Cascade”, Hong Kong, China, 2007: dia. ©Edge Design Institute.



PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE

multiplicidade de luzes e sombras sobre os degraus e articulam os assentos. (Fig. 12)

A vida não é estática mas extática, no sentido de algo que está além de si mesmo. Para poder construir um ambiente integrado, o arquitecto tem de a ‘ler’ tal como é: projectos em movimento, organismos em mutação, ecologias complexas. Para isso, é necessário o desenvolvimento de instrumentos de avaliação-em-acção. Por exemplo, relatos de experiências emocionais em curso tendem a ser mais válidos do que relatos de emoções feitos a alguma distância temporal da experiência relevante (Robinson & Clore, 2002). Para o efeito, utilizámos diferentes instrumentos de avaliação em tempo real que serão apresentados na secção que se segue.

Instrumentos

Para a observação considerou-se importante avaliar o comportamento de todo o corpo, os padrões de movimento e as interacções visuais e físicas com

o objecto de estudo. As observações foram baseadas em notas tiradas durante o trabalho de campo e em tecnologia de vídeo (Fig. 13) que apresenta importantes vantagens na avaliação de comportamentos complexos e relações entre comportamentos. Os resultados serão condensados sob a forma de mapas comportamentais.

Para o questionário, depois de fazer os testes necessários, considerou-se uma combinação de duas escalas: a escala emocional não verbal SAM¹⁹ (Lang, 1980) para medir as dimensões de resposta emocional imediata (valência, activação e dominância) que podem ser comparadas com medidas de comportamento (e fisiologia), e uma escala Likert baseada no modelo de ligação ao lugar mediado pelo significado (Stedman, 2003, e Williams & Vaske, 2003) para medir o modo como as características físicas do ambiente construído afectam a formação da ligação ao lugar. Esta escala foca-se em duas dimensões do sentido do lugar: ligação ao lugar e satisfação. A ligação ao lugar é consistente



Fig. 13. Edge, “The Cascade”, Hong Kong, China, 2007: snapshot do vídeo. Imagem do autor.

com as definições de identidade (com que intensidade é percebida a ligação ao ambiente); a satisfação com o lugar é consistente com definições de atitude (grau de apreciação do ambiente)

Ensaio de Campo

Foi realizado um ensaio de campo para afinar os instrumentos (observação e questionário) para as etapas seguintes da investigação e os dados obtidos tornar-se-ão mais úteis a partir do momento em que possam ter uma análise mais profunda.

Observação

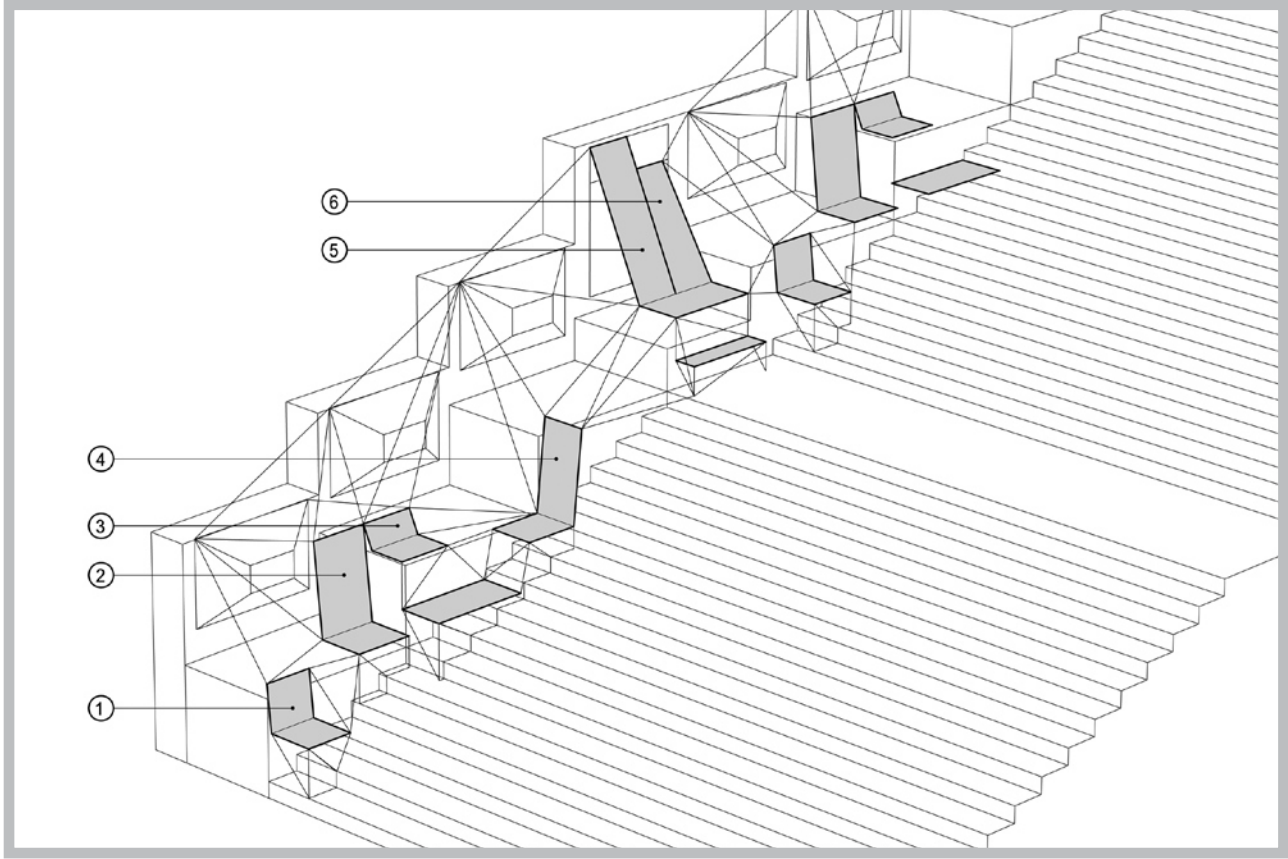
As sessões de observação auxiliaram na compreensão de como é utilizada “The Cascade” e como o objecto de estudo se relaciona com as actividades que têm lugar no espaço público. Antes das sessões de observação foi fornecido pelo autor do projecto e copiado um conjunto completo de desenhos, mostrando todas as características importantes do projecto, para uso na anotação com precisão das pessoas e actividades que tiveram lugar no espaço.

“The Cascade” foi observada durante um total de 12 horas, com o cuidado de realizar observações em

Fig. 12. Edge, “The Cascade”, Hong Kong, China, 2007: noite. ©Edge Design Institute.



Fig. 14. Edge, “The Cascade”, Hong Kong, China, 2007: perspectiva. ©Edge Design Institute.



PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE

dias e horas variados. O investigador realizou todas as sessões de observação, pelo que não se coloca a questão da fiabilidade inter-observadores. O comportamento dos utilizadores foi documentado. Durante cada sessão de observação, uma cópia de um desenho em perspectiva foi utilizado para apontar os assentos ocupados. (Fig. 14)

Também foram tomadas notas de campo detalhadas, descrevendo as actividades dos utilizadores. A cada utilizador foi atribuída uma letra no desenho em perspectiva, correspondente à mesma letra nas notas de campo. Isto permite o estudo das plantas e das notas de campo numa data posterior e a reconstrução das actividades no espaço público. Todas as notas de observação foram introduzidas utilizando uma codificação dos dados com a planta correspondente para uso posterior. A tecnologia de vídeo também foi utilizada para permitir uma análise posterior mais aprofundada. A monitorização-vídeo foi realizada durante um período total de 9 horas e 40 minutos.

Questionário

Uma amostra aleatória de 145 indivíduos foi brevemente entrevistada nos diferentes dias da semana e em diferentes horários (8:00-20:00), utilizando um questionário para avaliar os factores cognitivos de atenção, emoção, consciência e memória em relação ao objecto de estudo. O questionário foi composto por 30 perguntas, subdivididas em quatro categorias, nomeadamente, atenção, consciência, memória e emoção.

Cada categoria aborda um dos factores cognitivos através de questões relacionadas que evocavam uma resposta favorável. Os dados qualitativos foram compilados e analisados posteriormente para compreender a importância de cada factor cognitivo para cada utilizador. Estes dados sugeriram algumas reflexões sobre a forma de avaliar a ligação ao lugar através de medidas de emoção que se revelaram pertinentes e estão reflectidas na instrumentação considerada para as etapas seguintes da investigação.

Análise de dados

A análise dos dados do questionário foi feita recorrendo ao SPSS. O objectivo é identificar padrões comportamentais relacionados com a utilização do objecto de estudo. Do ponto de vista da análise estatística, fez-se primeiro uma análise global de

frequências para decidir os cruzamentos (por exemplo, idade, sexo, escolaridade, ocupação, origem, etc.) que podem interessar, segundo opinião/atitude, para uma análise de co-variâncias. Do universo total dos respondentes, 59% estavam em trânsito (questão 1, confirmada pela resposta à questão 7), deslocando-se maioritariamente com origem na envolvente próxima do objecto de estudo (63%) ou da estação Central do MTR (22%), e destino nas mesmas zonas (53% e 25%, respectivamente), movimentos pendulares compreensíveis num bairro que combina serviços e lazer. Grande parte dos indivíduos (41%) utilizou o objecto de estudo no terço inferior da escada, 34% no terço intermédio e apenas 25% no terço superior.

A escala emocional não verbal SAM (questão 3) permitiu-nos medir as dimensões de resposta emocional imediata (valência, activação e dominância). Relativamente à valência, constata-se que a grande maioria dos indivíduos (78%) tem uma experiência de prazer (a moda foi 7, de 1 a 9, com 26%), 14% neutra, e apenas 8% de desprazer. A dimensão da activação foi mais equilibrada com acentuação da calma: 41% calma, 29% neutra, 30% activação. Relativamente à dominância, voltamos a ter dados mais claros, com uma preponderância (48%) da sensação de dominador (a moda foi 7, de 1 a 9, com 20%), 29% neutra e 23% dominado.

Os resultados obtidos com a escala Likert não são suficientemente claros, colocando-se a maioria dos inquiridos (35 a 44%) numa posição de neutralidade relativamente às questões de identidade e atitude colocadas. Sendo este um instrumento para medir a intensidade e o grau de apreciação do lugar, compreende-se a natureza dos resultados num contexto espacial de transição e trivialidade em que a qualificação do objecto de estudo se faz sobretudo pela não-actividade que acolhe: a pausa. Esta pausa será também a razão da medida da activação acima.

A análise dos dados da observação, que permitirá chegar a conclusões mais claras, está a ser feita com recurso ao JWatcher. Primeiro são distinguidos utilizadores e transeuntes. Utilizadores são indivíduos que interagem visual (olhar dirigido para o objecto de estudo), espacial (até 3,60 metros, limite do espaço físico privado²⁰) ou fisicamente (contacto directo) com o objecto de estudo ou com um utilizador. Transeuntes são indivíduos que não interagem com o objecto de estudo nem com qualquer utilizador.

Relativamente ao primeiro grupo foram identificados diversos estados com dois ou mais comportamentos mutuamente exclusivos: olhar/fotografar/não olhar nem fotografar (visual), sentado/de pé/andar, brincar/não brincar, fumar/não fumar, comer/não comer, ler/não ler, socializar/não socializar, usar/não usar telemóvel. Os dados resultantes do processo de observação serão condensados em mapas comportamentais que permitirão a identificação de padrões e o cruzamento com os resultados obtidos através dos questionários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENSINAMENTOS PARA MACAU

Água mole em pedra dura
tanto bate até que fura.
(Ditado Popular)

“The Cascade” é uma estrutura despida e aparentemente frágil que combina vários programas, atenuando a fronteira entre escultura e considerações pragmáticas. Compostos por painéis de acrílico laranja claro, os assentos variam em forma e exploram o perfil particular do terreno para criar diversidade nas posições de sentar. Forma e função são, por conseguinte, transformadas pela utilização. Como Semper escreveu: “*The destruction of reality, of the material, is necessary if form is to emerge as a meaningful symbol, as an autonomous human creation*”.²¹ Com este projecto, Gary Chang evita criticamente este pressuposto.

Se o significado do espaço é baseada numa forma arquitectónica rígida, então, torna-se estático e fechado, ao contrário da desejada abertura da interpretação, e, portanto, sem lugar para a “*autonomous human creation*” sugerida por Semper. Mais, se a forma é moldada pelo uso, então, a “*destruction of reality, of the material*” deixa de ser necessária. O significado é assumido no âmbito de uma experiência em que a forma tem um papel evocativo, mas não é o único componente. Deste caso e das práticas de arquitectura fraca, acupunctura urbana e urbanismo táctico atrás referidas, podemos retirar algumas lições para Macau.

Macau já foi ilha mas, gradualmente, um banco de areia sazonal transformou-se num istmo, tornando permanente a ligação da ilha ao continente. Os aterros do século XVII fizeram-na península e um portão foi erigido para assinalar a separação entre a península e o continente. Registos pré-coloniais mostram que

Macau totalizava originalmente apenas 2,78 km², tendo começado a crescer com o assentamento português. Este crescimento acelerou no último quartel do século XX, de 15 km² em 1972, para 16,1 km² em 1983 e 21,3 km² em 1994. A superfície de Macau tem aumentado como resultado da contínua conquista de terrenos à água, especialmente na Taipa e Coloane. Em 2010, a superfície total era de aproximadamente 29,7 km². Para além da forte expansão a expensas da água, densidade, património, edifícios icónicos, estruturas informais e espaços públicos intensos configuram a singularidade macaense.

As histórias das cidades e da água sempre estiveram intimamente ligadas. Os primeiros assentamentos urbanos localizaram-se em planícies costeiras perto de rios (Mesopotâmia, Egipto e vale do Indo) para facilitar a agricultura que permitia alimentar as suas populações. Macau não é excepção. Nascida a partir de uma relação privilegiada com a água, ao longo da sua história acabou, no entanto, por lhe virar as costas. Hoje em dia é difícil encontrar espaços públicos funcionais com acesso franco ao Rio das Pérolas. Para além das *promenades* junto aos lagos, há uma única esplanada no Porto Interior ou o inatingível e caricatural *Fishermen’s Wharf*. Parafraseando Manuel Vicente, “é necessário que as coisas dancem”, e a presença da água e do seu permanente fluir tem muito a ver com isso.

Macau, como local de passagem e miscigenação, vive em permanente crise de identidade. Uma boa acupunctura urbana promove a manutenção da identidade cultural de um local ou de uma comunidade e nem sempre se traduz em mais obras. Em alguns casos, passa pela introdução de costumes ou hábitos que geram as condições necessárias à transformação. Muitas vezes uma intervenção humana, sem projecto ou sem realização material, acaba por ser mais eficaz.

As cidades chinesas, por exemplo, são conhecidos pelos seus espaços públicos vibrantes e é isso que as torna verdadeiramente únicas: um território urbano (geralmente ruas, não praças nem passeios públicos) que é usado de modo intenso, aproveitado ao milímetro, cheio de espaços comerciais e oficinas informais. Não de uma forma planeada, mas de um modo espontâneo, muito peculiar. As pessoas não têm medo de ocupar o seu tempo no exterior. Esta prática, muitas vezes determinada pela necessidade, devido ao reduzido

PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE



Fig. 15. Venda de rua, Macau, China, 2013. Imagem do autor.

espaço das habitações e às elevadas rendas comerciais, tornou-se um modo de vida. (Fig. 15)

Por oposição, passeios públicos e praças são espaços de imagem e *show-off* político e promovem uma atitude passiva, o utilizador torna-se espectador e esquece o seu protagonismo na construção da cidade. A construção de passeios ribeirinhos pode, por isso, ser desacertada. São espaços que não têm uma utilidade funcional, onde se passa rapidamente, uma vez que não oferecem abrigo ou um local para fazer alguma coisa, e acabam por afastar a cidade do rio.

O mesmo se pode dizer dos aterros expectantes durante 30 anos e da excessiva preocupação com o controlo da natureza e com o risco de catástrofes naturais que leva ao condicionamento da proximidade da água por causa de fenómenos imprevisíveis e incontrolláveis. As cheias na zona da Rua de 5 de Outubro, por exemplo, eram vividas como um fenómeno sazonal natural. As pessoas descalçavam-se, arregaçavam as calças, e a vida continuava.

Um delta exige gradientes, não muros, ocupações fluídas, não usos do solo definidos, momentos negociados sem arestas duras. Em suma, exige a

acomodação do rio e do mar. É necessário promover usos temporários nos novos aterros até à sua urbanização, assumir uma relação mais moderada na gestão do riscos naturais (as construções temporárias/sazonais também podem ser uma solução interessante), e promover usos flutuantes e funções de utilidade pública (espaços educativos, por exemplo) para as zonas ribeirinhas já existentes.

Por fim, vive-se uma histeria da iconicidade arquitectónica em Macau. Cada novo edifício deve ser um marco, um ponto de referência. Mas um marco

é uma excepção, quando se torna regra, perde o seu sentido. Vale, por isso, a pena tentar uma abordagem alternativa. Enquanto os edifícios icónicos são excepções assinadas; os edifícios ‘fracos’ são continuidades anónimas: assinatura e expressão em oposição a anonimato e impressão.

Esta última pode também ser uma forma subtil de tornar visíveis determinados processos ecológicos. Ao sublinhar as relações ecológicas particulares de um determinado sítio, a arquitectura pode pontuar e animar o meio ambiente e sensibilizar-nos para o que se sabe sobre as suas complexidades interrelacionais.

Este tipo de prática tenta valorizar os ecossistemas, bem como envolver os utilizadores, revelando fenómenos ecológicos e culturais, processos e relacionamentos constituintes do lugar. Percebemos assim que a identidade não é feita de sinais exteriores evidentes (isso é moda, novidade), mas de marcas subtis que podem levar uma vida inteira a entender-se porque estão profunda e emocionalmente enraizadas.

“*Identity is not a given fact or a closed entity. It is an exchange; as I settle in a place, the place settles in me*”. (Pallasmaa, 2012) **RC**

NOTAS

- 1

O termo política vem do grego *polis* (cidade-estado), servindo para designar, desde a Antiguidade, o campo da actividade humana que se refere à cidade, ao Estado e às coisas de interesse público.
- 2

A obra torna-se unívoca, deixando de se perceber para além de um ‘sentido’ pré-determinado, normalmente visual, e perdendo a ambiguidade originária da experiência existencial. Na verdade, não existe sentido unilateral. A experiência existencial necessita de diálogo, de comunhão, do outro: “*Le monde phénoménologique c’est non pas de l’être pur, mais le sens qui transparait à l’intersection de mes expériences et de celles d’autrui, par l’engrenage des uns sur les autres*” (Merleau-Ponty, 1945: xv).
- 3

Que no sentido mais literal significa sem *media*, sem meio de comunicação, e nos leva a repensar a percepção da arte em geral e da arquitectura em particular a partir dos subversivos e irónicos princípios estéticos do pintor de paisagem e poeta Shi Tao 石涛 (1642-1707).
- 4

Quando a paisagem cuidadosamente pintada degenera em respingos à Pollock *avant la lettre*, o observador é forçado a reconhecer que a pintura não é transparente ou imediata (no sentido literal) na forma como inicialmente aparenta ser. Os borrões de tinta, pelo facto de serem rotulados de ‘feios’, começam a assumir uma espécie de beleza abstracta que desperta a imaginação.
- 5

O ubíquo espaço de fluxos da sociedade em rede pode riscar os lugares do mapa (Castells, 1996).
- 6

Do latim *subtilis*: *sub* “sob” + *-tilis*, de tela “teia, rede, trama de um tecido”.
- 7

“*It is not necessary for the true always to take on material form, it is enough that it should flutter to and fro, like a spirit, promoting a kind of accord; as when the companionable pealing of a bell rings out, bringing us some little measure of peace*”. Goethe citado por Heidegger in *Die Kunst und der Raum*.
- 8

Samuels, C. T. (1972), “Michelangelo Antonioni”, in *Encountering Directors* (Nova Iorque: Capricorn Books): 23.
- 9

Unitary Urbanism.
- 10

Também evidente na delimitação territorial e política do programa.
- 11

Uma crítica ao projecto do Mosteiro de Nossa Senhora de Novy Dvur que resulta de uma encomenda feita a John Pawson depois de um dos monges visitar a loja da Calvin Klein em Nova Iorque que o primeiro desenhou.
- 12

Excerto da memória descritiva consultada online a 22 de Março de 2014 em <http://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=37#>.
- 13

Excerto da memória descritiva consultada online a 22 de Março de 2014 em http://www.joseadriao.com/paginas/p24_01.htm.
- 14

Irmão de Ignácio de Solá-Morales, ‘inventor’ da arquitectura fraca.
- 15

Excerto de Casagrande M. (2009). Statement, Helsinki University of Art and Design Department of Environmental Art consultado online a 21 de Março de 2014 em: <http://casagrandetext.blogspot.com/2009/02/urban-acupuncture.html>.
- 16

Uma referência biológica ao modo como as orquídeas se apoiam nas árvores para chegar à luz. Não são plantas parasitas, nutrindo-se apenas de material em decomposição que cai das árvores.
- 17

<http://casagrandetext.blogspot.com/2011/03/illegal-architecture.html>.
- 18

Na leitura ambígua – consumir e consumir – que a palavra permite.
- 19

Self Assessment Manikin.
- 20

Considerámos aqui os limites da proxémica de Edward Hall (1966) que categoriza três áreas distintas de ‘espaço informal’ privado: íntimo (15-46 cm que habilita abraços e sussurros), pessoal (50-120 cm que permite o diálogo entre amigos), e social (120-360 cm que permite o diálogo entre colegas não muito próximos). A distância superior a 360 cm refere-se à área pública.
- 21

Gottfried Semper, *Style in the Technical and Tectonic Arts; or, Practical Aesthetics*, trans. Harry Francis Mallgrave and Michael Robinson (Los Angeles: Getty Publications, 2004): 439.

BIBLIOGRAFIA

Altman, I. & Low, S. M. (eds.). *Place Attachment*. Nova Iorque: Plenum Press.

Appleton, J. (1975). *The Experience of Landscape*. Londres: Wiley.

Arberger, A., & Eder, R. (2011). “Exploring the Heterogeneity of Rural Landscape Preferences: An Image-Based Latent Class Approach”. *Landscape Research* 36(1), pp. 19-40.

Aureli, P. V. (2013). *Less is Enough: On Architecture and Asceticism*. Moscovo: Strelka Press.

Bagozzi, R. P. (1978). “The Construct Validity of the Affective, Behavioural and Cognitive Components of Attitude by Analysis of Covariance Structures”. *Multivariate Behavioral Reserch*, 13, pp. 9-31.

Bell, P. A., Greene, T. C., Fisher, J. D., & Baum, A. (2001). *Environmental Psychology* (5th ed.). Fort Worth, TX: Harcourt College Publishers.

Bitner, M. J. (1992). “Servicescapes: The Impact of Physical Surroundings on Customers and Employees”. *The Journal of Marketing*, 56(2), pp. 57-71.

Bonnes, M. & Secchiaroli, G. (1995). *Environmental Psychology: A Psychosocial Introduction*. Londres: Sage.

Bourassa, S. C. (1990). “A Paradigm for Landscape Aesthetics”. *Environment and Behavior*, 22(6), p.p 787-812.

Brown, B. B. (1987). “Territoriality”. In D. Stokols & I. Altman (eds.), *Handbook of Environmental Psychology*. Nova Iorque: Wiley, pp. 505-531.

Brown, B., Perkins, D. D. & Brown, G. (2003). “Place Attachment in a Revitalizing Neighborhood: Individual and Block Levels of Analysis”. *Journal of Environmental Psychology*, 23, pp. 259-271.

Bruce Hull IV, R., Lam, M., & Vigo, G. (1994). “Place Identity: Symbols of Self in the Urban Fabric”. *Landscape and Urban Planning*, 28, pp. 109-120.

Bruno, G. (2002). *Atlas of Emotion: Journeys in Art, Architecture, and Film*. Londres: Verso.

Burkner, H. (2006). *Place-making*. PlaceMeg concept guidance paper. Project workshop on methods and concepts, 20-22 February, Institute for Regional Development and Structural Planning.

Buttimer, A., & Seamon, D., eds. (1980). *The Human Experience of Space and Place*. Londres: Croom Helm.

PATRIMÓNIO CULTURAL

CULTURAL HERITAGE

Casagrande, M. (2009). *Urban Acupuncture*. Statement, Helsinki University of Art and Design Department of Environmental Art, consultado online a 21 de Março de 2014 em: <http://casagrandetext.blogspot.com/2009/02/urban-acupuncture.html>.

Casakin, H. & Billig, M. (2009). “Effect of Settlement Size and Religiosity on Sense of Place in Communal Settlements”. *Environment and Behavior*, vol. 41, no. 6, pp. 821-835.

Castells, M. (1996). *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell Publishers.

Certeau, M. (de) (1980), *L'invention du quotidien I: Arts de faire* Paris: Gallimard.

Conniff, A., Craig, T., Laing, R., & Galán-Díaz, C. (2010). “A Comparison of Active Navigation and Passive Observation of Desktop Models of Future Built Environments”. *Design Studies*, 31(5), pp. 419-438.

Cuba, L. & Hummon, D. M. (1993). “A Place to Call Home: Identification with Dwelling, Community, and Region”. *Sociological Quarterly*, 34, pp. 111-131.

Eco, U. (1962). *Opera Aperta*. Milão: Bompiani.

Edelman, G. M. & Tononi, G. (2000). *A Universe of Consciousness: How Matter Becomes Imagination*. Nova Iorque: Basic Books.

Eisenhauer, B. W.; Krannich, R. S. & Blahna, D. J. (2000). “Attachments to Special Places on Public Lands: An Analysis of Activities, Reasons for Attachments, and Community Connections”. *Society and Natural Resources* 13, pp. 421-441.

Fried, M. (1963). “Grieving for a lost home”. In Leonard J. Duhl (ed.), *The Urban Condition: People and Policy in the Petropolis*. Nova Iorque: Simon & Schuster, pp. 124-152.

Friedmann, J. (2007). “Reflections on Place and Place-making in the Cities of China”. *International Journal of Urban and Regional Research*, 31, pp. 257-279.

Fullilove, M. T. (1996). “Psychiatric Implications of Displacement: Contributions from the Psychology of Place”. *American Journal of Psychiatry* 153, pp. 1516-1523.

Gehl, J. (1987). *Life Between Buildings*. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold.

Gifford, R. (1980). “Judgments of the Built Environment as a Function of Individual Differences and Context”. *Journal of Man-Environment Relations* 1(1), pp. 22-31.

Giuliani, M. V. (2003). “Theory of attachment and place attachment”. In M. Bonnes, T. Lee, M. Bonaiuto (eds.), *Psychological Theories for Environmental Issues*. Aldershot: Ashgate, pp. 137-170.

—— & Feldman, R. (1993). “Place Attachment in a Developmental and Cultural Context”. *Journal of Environmental Psychology* 13, pp. 267-274.

Goodman, R. (1972). *After the Planners*. Pelican: Harmondsworth.

Greider, T. & Garkovich, L. (1994), “Landscapes: The Social Construction of Nature and the Environment”. *Rural Sociology*, 59, pp. 1-24.

Groat, L. (1995). “Introduction: Place, A Aesthetic Evaluation and Home”. In L. Groat (ed.), *Giving Places Meaning*. San Diego, CA: Academic Press, pp. 1-26.

Gupta, A. & Ferguson, J. (1997). *Culture, Power, Place: Explorations in Critical Anthropology*. Durham: Duke University Press.

Hall, E. T. (1966). *The Hidden Dimension*. Nova Iorque: Doubleday.

Harner, J. (2001). “Place Identity and Copper Mining in Sonora, Mexico”. *Annals of the Association of American Geographers*, 91(4), pp. 660-680.

Hay, J. (2001). *Shitao: Painting and Modernity in Early Qing China*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hay, R. (1998). “Sense of Place in Developmental Context”. *Journal of Environmental Psychology*, 18, pp. 5-29.

Hidalgo, M. C. & Hernández, B. (2001). “Place Attachment: Conceptual and Empirical Questions.” *Journal of Environmental Psychology*, 21, pp. 273-281.

Home, R., Bauer, N. & Hunziker, M. (2010). “Cultural and Biological Determinants in the Evaluation of Urban Green Spaces”. *Environment and Behavior*, 42(4), pp. 494-523.

Hummon, D. M. (1992). “Community Attachment: Local Sentiment and Sense of Slace”. In I. Altman & S. M. Low (eds.), *Place Attachment*, pp. 253-278.

Jacobs, J. (1961). *The Death and Life of Great American Cities*. Nova Iorque: Vintage.

Jones, P., & Evans, J. (2012). “Rescue geography: Place-making, Affect and Regeneration”. *Urban Studies*, 49(11), pp. 2315-2330.

Jorgensen, B. S. & Stedman, R. C. (2001). “Sense of Place as an Attitude:Lakeshore Owners Attitudes Toward Their Properties”. *Journal of Environmental Psychology*, 21, pp. 233-248.

——, —— (2006). “A Comparative Analysis of Predictors of Sense of Place dimensions: Attachment to, Dependence on, and Identification with Lakeshore Properties”. *Journal of Environmental Management*, 79, pp. 316-327.

Kaplan, R. & Kaplan, S. (1982). *Cognition and Environment: Functioning in an Uncertain World*. Nova Iorque: Praeger.

——, —— (1989). *The Experience of Nature*. Cambridge: Cambridge University Press

Kyle, G. T., Graefe, A., Manning, R., Bacon, J. (2004). “Effects of Place Attachment on Users’ Perceptions of Social and Environmental Conditions in a Natural Setting”. *Journal of Environmental Psychology*, 24, pp. 213-225.

Lang, P. J. (1980). “Behavioral Treatment and Bio-behavioral Assessment: Computer Applications”. In B. Sidowski, J. H. Johnson & T. A. Williams (eds.), *Technology in Mental Health Care Delivery Systems*. Norwood, NJ: Ablex, pp. 119-137.

Latour, B. (2005). *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.

—— & A. Yaneva (2008) “‘Give me a Gun and I Will Make All Buildings Move’: An ANT’s View of Architecture”, in R. Geiser (ed.), *Explorations in Architecture: Teaching, Design, Research*. Basel: Birkhäuser, pp. 80-89.

Lerner, J. (2003). *Acupuntura Urbana*. Rio de Janeiro: Record.

Lombard, M. (2014). “Constructing Ordinary Places: Place-making in Urban Informal Settlements in Mexico”. *Progress in Planning*, 94, pp. 1-53.

Low, S. M., & Altman, I. (1992). “Place Attachment: A Conceptual Inquiry”. In I. Altman & S. M. Low (eds.), *Place Attachment*, pp. 1-12.

Manzo, L. C. (2003). “Beyond House and Haven: Toward a Revisioning of Emotional Relationships with Places.” *Journal of Environmental Psychology*, 23, pp. 47-61.

—— (2005). “For Better or Worse: Exploring Multiple Dimensions of Place Meaning”. *Journal of Environmental Psychology*, 25, pp. 67-86.

Marcus, C. C. (1995). *House as a Mirror of Self*. Berkeley, CA: Conari Press.

Massumi, B. (2002). *Parables for the Virtual: Movement, Affect, Sensation*. Durham, NC: Duke University Press.

Mendonça, J. T. (2012). “O elogio das crises de fé”. Conferência. Lisboa: Monjas Dominicanas do Lumiar, consultado online a 21 de Março de 2014 em: http://www.snpcultura.org/elogio_crisis_fe_4.html.

Merleau-Ponty, M. (1945). *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard.

Mesch, G. S. & Manor, O. (1998). “Social Ties, Environmental Perception, and Local Attachment”. *Environment and Behavior*, 30, pp. 227-245.

Pallasmaa, J. (2000). “Hapticity and Time”. 1999 RIBA Discourse Lecture. Londres: *The Architectural Review*, 1239, May 2000, pp. 78-84.

—— (2012). “Newness, Tradition and Identity: Existential Content and Meaning in Architecture”. *Architectural Design*, 82, pp. 14-21.

Pile, S. (2010). “Emotions and Affect in Recent Human Geography”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 35(1), pp. 15-20.

Pretty, G. H., Chipuer, H., & Bramston, P. (2003). “Sense of Place Amongst Adolescents and Adults in Two Rural Australian Towns: The Discriminating Features of Place Attachment, Sense of Community and Place Dependence in Relation to Place Identity”. *Journal of Environmental Psychology*, 23, pp. 273-287.

Relph, E. (1976). *Place and Placelessness*. Londres: Pion.

—— (1997). “Sense of Place”. In S. Hanson (ed.), *Ten Geographic Ideas that Changed the World*. New Brunswick: Rutgers University Press, pp. 205-226.

Riger, S., & Lavrakas, P. J. (1981). “Community Ties: Patterns of Attachment and Social Interaction in Urban Neighborhoods”. *American Journal of Community Psychology*, 9, pp. 55-66.

Riley, R. B. (1992). “Attachment to the Ordinary Landscape”. In, I. Altman & S. M. Low (eds.), *Place Attachment*, pp. 13-35.

Robinson, M. D. & Clore, G. L. (2002). “Episodic and Semantic Knowledge in Emotional Selfreport: Evidence for Two Judgment Processes”. *Journal of Personality & Social Psychology*, 83(1), pp. 198-215.

Salingaros, N. & Masden II, K. (2008). “Neuroscience, the Natural Environment, and Building Design”. In Stephen R. Kellert, Judith Heerwagen e Martin Mador (eds.), *Biophilic Design: The Theory, Science and Practice of Bringing Buildings to Life*. Nova Iorque: John Wiley, pp. 59-83.

Scannell, L. & Gifford, R. (2010). “Defining Place Attachment: A Tripartite Organizing Framework”. *Journal of Environmental Psychology*, 30, pp. 1-10.

Schneekloth, L., & Shibley, R. (1995). *Placemaking: The Art and Practice of Building Communities*. Nova Iorque: Wiley.

Siza, Á. (1980). “To Catch a Precise Moment of the Flittering Image in All Its Shades”, *A+U 123* (Dezembro 1980).

Snodgrass, J., Russell, J. A., & Ward, L. M. (1988). “Planning, Mood, and Place-liking”. *Journal of Environmental Psychology*, 8(3), pp. 209-222.

Solá-Morales, I. (1987). “Arquitectura Débil”, *Quaderns d'Arquitectura i Urbanisme*, 175, pp. 72-85.

—— (1992), “Place: Permanence or Production”. In Cynthia C. Davidson (ed.), *Anywhere*. Nova Iorque: Rizzoli; reimpresso in Sarah Whiting (ed.), *Differences: Topographies of Contemporary Architecture*. Cambridge, MA: MIT Press, 1996, pp. 101-102.

Solá-Morales, M. (1999). *Progettare città*. “Quaderni di Lotus, 23”. Milão: Electa.

Stedman, R. (2003). “Is It Really Just a Social Construction? The Contribution of the Physical Environment to Sense of Place”. *Society and Natural Resources*, 16, pp. 671-685.

Thien, D. (2005). “After or Beyond Beeling? A Consideration of Affect and Emotion in Geography”. *Area*, 37 (4), pp. 450-454.

Thrift, N. (2008). *Non-Representational Theory*. Londres: Routledge.

Tuan, Y. F. (1974). *Topophilia: A Study of Environmental Perception, Attitudes, and Aalues*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

—— (1977). *Space and Place: The Perspective of Experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

—— (1980). “Rootedness Versus Sense of Place”. *Landscape* 24(1), pp. 3-8.

Tveit, M., Ode, Å., & Fry, G. (2006). “Key Concepts in a Framework for Analysing Visual Landscape Character”. *Landscape Research*, 31(3), pp. 229-255.

Twigger-Ross, C. L., & Uzzell, D. L. (1996). “Place and Identity Processes”. *Journal of Environmental Psychology*, 16, pp. 205-220.

Vattimo, G. & Rovatti, P. A.,(eds.) (1983). *Il pensiero debole*. Milão: Feltrinelli.

Ward, L. M., Snodgrass, J., Chew, B. & Russell, J. A. (1988). “The Role of Plans in Cognitive and Affective Responses to Places”. *Journal of Environmental Psychology*, 8, pp. 1-8.

Whyte, W. H. (1980), *The Social Life of Small Urban Spaces*. Washington, DC: Conservation Foundation.

Williams, D. R. & Patterson, M. E. (1999). “Environmental Psychology: Mapping Landscape Meanings for Ecosystem Management”. In H. K. Cordell e J. C. Bergstrom (eds.), *Integrating Social Sciences and Ecosystem Management: Human Dimensions in Assessment, Policy and Management*. Champaign, IL: Sagamore Press, pp. 141-160.

—— & Vaske, J. J., (2003). “The Measurement of Place Attachment: Validity and Generalizability of a Psychometric Approach”. *Forest Science*, 49(6), pp. 830-840.